



Prezados Acionistas, Atendendo às disposições legais e estatutárias, a administração da Enel Brasil S.A. (ou "Companhia" ou "Enel Brasil") submete à apreciação o Relatório da Administração do exercício findo em 31 de dezembro de 2021. **1. PERFIL:** Maior empresa privada do setor elétrico brasileiro, a Enel Brasil S.A. é uma holding de companhias que atuam nos segmentos de geração, conversão, transmissão e distribuição de energia, além de prestação de serviços. Com sede na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a empresa mantém operações em cinco estados brasileiros: Rio de Janeiro, Ceará, Goiás, São Paulo e Rio Grande do Sul. O Grupo Enel, por meio da Enel Américas S.A., sediada no Chile, detém 100% do Capital Social volante da Companhia (99,50% do capital total). No segmento de Distribuição de energia, as concessionárias controladas pela Enel Brasil atendem mais de 17 milhões de unidades consumidoras em 511 municípios nos estados do Ceará (Enel Ceará), Goiás (Enel Goiás), Rio de Janeiro (Enel Rio) e São Paulo (Enel São Paulo), fornecendo energia a consumidores residenciais, comerciais, industriais, rurais e de setor público. Em Geração, a Enel Brasil incorporou a Enel Green Power Participações em novembro de 2021, passando a controlar integralmente as empresas Enel com atividade de geração de energia elétrica no Brasil por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar. Após a incorporação, as empresas controladas pelo Grupo passaram a contar com uma capacidade instalada combinada de aproximadamente 5,0 GW, atendendo distribuidoras, comercializadoras e clientes finais de diversas partes do País. Por meio da controlada Enel X Brasil, constituída em 2009, a Enel Brasil oferece produtos massivos e presta serviços corporativos e institucionais, a exemplo de instalações elétricas e eficiência energética, para pessoas físicas e jurídicas, e conta com operações comerciais em praticamente todos os estados do Brasil. A Enel Brasil é, ainda, controladora da Enel Cien, no segmento de conversão e transmissão de energia, responsável pela operação de linhas de transmissão com cerca de mil quilômetros de extensão e capacidade de conversão de 2.200 MW, que compõem a interconexão entre Brasil e Argentina. **2. PRINCIPAIS INDICADORES:**

Indicadores Operacionais Distribuição	2021	2020	Varição	Var. %
Energia Fornecida - Venda e Transporte (GWh) - Total	79.697	77.727	1.970	2,5%
Número de Consumidores Faturados	17.583.858	17.317.319	266.539	1,5%

Indicadores Operacionais Geração	2021	2020	Varição	Var. %
Capacidade instalada (MW)	4.989	1.365	3.624	265,5%
Energia assegurada (Garantia Física) (MWh)	2.447	944	1.503	159,2%
Geração de energia elétrica - Total (GWh/ano)	12.713	4.825	7.888	163,5%
Venda de energia elétrica - Total (GWh/ano)	29.574	17.283	12.291	71,1%

Indicadores Operacionais Transmissão	2021	2020	Varição	Var. %
Capacidade Transmissão (MW)	2.200	2.200	-	0,0%
Energia Transmitida (GWh)	3.848	2.944	904	30,7%

Indicadores Operacionais Serviços	2021	2020	Varição	Var. %
Potência Vendida (KWP) - Segmento B2B	11.017	11.072	(55)	-0,5%
Potência Vendida (KWP) - Segmento B2C	116	330	(214)	-6,5%
Base de clientes Massivos	1.040.767	1.012.300	28.467	2,8%
CANCELAMENTOS Segmento Massivo	1,48%	1,32%	0	0,16 p.p.

B2B (Business to Business) - Negociações realizadas para pessoa jurídica. **B2C (Business to Consumer) -** Negociações realizadas para pessoa física.

Número de Colaboradores	2021	2020	Varição	Var. %
Número de colaboradores próprios	8.859	9.527	(668)	-7,0%
Número de colaboradores parceiros	57.848	35.705	22.143	62,0%
Total	66.707	45.232	21.475	47,5%

2. PRINCIPAIS INDICADORES: Indicadores Patrimoniais

Consolidado	2021	2020	Varição	Var. %
Ativo total (R\$ Mil)	114.597.958	80.082.694	34.515.264	43,1%
Patrimônio líquido (R\$ Mil)	41.229.230	26.018.669	15.210.561	58,5%
Valor patrimonial por ação (R\$)	44,65	42,18	2,47	5,8%

3. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO:

Valores em R\$ Mil - Consolidado	2021	2020	Varição	Var. %
Receita Operacional Bruta	78.770.734	56.017.339	22.753.395	40,6%
Deduções da Receita Bruta	(27.646.992)	(19.201.835)	(8.445.157)	44,0%
Receita Operacional Líquida	51.123.742	36.815.504	14.308.238	38,9%
Custo do Serviço e despesas operacionais	(45.378.871)	(32.364.998)	(13.013.873)	40,2%
EBITDA (1)	7.879.573	6.376.769	1.502.804	23,6%
Margem EBITDA	15,41%	17,32%	-	-1,91 p.p.
EBIT (2)	5.744.871	4.450.506	1.294.365	29,1%
Margem EBIT	11,24%	12,09%	-	-0,85 p.p.
Resultado Financeiro	(2.427.371)	(2.089.825)	(337.546)	16,2%
Imposto de Renda e Contribuição Social	(910.086)	(776.038)	(134.048)	17,3%
Lucro Líquido	2.407.414	1.584.643	822.771	51,9%
Atribuível aos acionistas controladores	2.280.415	1.441.657	838.758	58,2%
Atribuível aos acionistas não-controladores	128.999	142.986	(15.987)	-11,2%
Margem Líquida	4,71%	4,30%	-	0,41 p.p.
Lucro Líquido por ação (R\$)	2,62	2,59	0,03	1,2%

(1) EBITDA: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro + Depreciação e Amortização. (2) EBIT: Lucro operacional antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro. O desempenho econômico da Enel Brasil S.A. espelha os fatos econômicos associados às empresas as quais consolidou. A receita operacional bruta de 2021 foi superior à apresentada no ano de 2020 em 40,6%, devido, principalmente, ao aumento da distribuição. As maiores variações nesse seguimento foram decorrentes das seguintes faturas: (i) aumento de receita com fornecimento faturado em R\$ 6,7 bilhões (R\$ 37,4 bilhões em 2021 versus R\$ 30,7 bilhões em 2020) explicado principalmente pelo aumento no consumo em todos os segmentos; (ii) aumento de R\$ 6,4 bilhões referente a Ativo e passivo financeiro setorial; e (iii) aumento de R\$ 3,4 bilhões em uma venda de energia na Câmara de Comercialização de Energia. Os custos e despesas operacionais apresentaram um incremento de 40,2%, explicado, principalmente, por (i) maiores custos em energia elétrica comprada para revenda, com uma variação de R\$ 6,4 bilhões em relação a 2020; (ii) maior encargo do uso do sistema de transmissão em um montante de R\$ 2,0 bilhões (R\$ 2,4 bilhões em 2020); e (iii) aumento de R\$ 222,8 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior (R\$ 1,6 bilhão). **4. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL:** A Enel Brasil mantém a sustentabilidade no centro da estratégia da companhia, aliada ao seu plano de negócio. O plano de sustentabi-

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2021

lidade, importante ferramenta estratégica, é revisto anualmente e reafirma o compromisso e o potencial da empresa em contribuir com o desenvolvimento sustentável do país e com a geração de valor para acionistas, colaboradores, clientes, comunidades, fornecedores e governo. Esse planejamento estratégico possui objetivos, metas e indicadores monitorados nas mais diversas áreas da empresa. Por meio de uma governança ética, coerente e transparente, a atuação do Grupo Enel está alinhada aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), que integram a Agenda 2030 das Nações Unidas com o propósito de acabar com a pobreza, proteger o meio ambiente e o clima, e garantir que as pessoas, em todos os lugares, possam desfrutar de paz e prosperidade. Estamos especialmente comprometidos com seis dos 17 ODS: Educação de Qualidade (ODS 4); Energia Limpa e Acessível (ODS 7); Trabalho Decente e Crescimento Econômico (ODS 8); Indústria, Inovação e Infraestrutura (ODS 9); Cidades e Comunidades Sustentáveis (ODS 11) e Ação Contra a Mudança Global do Clima (ODS 13). Dentro da visão global da Enel de atuar para solucionar os maiores desafios do mundo, também em 2021, a empresa desenvolveu várias iniciativas para reduzir os impactos causados pela Covid-19 no país. A empresa integrou o movimento da sociedade civil, Unidos Pela Vacina que teve como meta viabilizar a vacinação da população adulta brasileira contra a Covid-19. O presidente do Conselho de Administração da Enel liderou as ações empresariais do movimento no estado do Rio de Janeiro e suas respectivas prefeituras. Além da mobilização do empresário do Rio de Janeiro, a Enel também contribuiu com doações de equipamentos em três de suas distribuidoras: Rio de Janeiro, São Paulo e Ceará. Ao todo, foram disponibilizados 235 equipamentos de refrigeração, entre refrigeradores científicos e geladeiras, além de 320 caixas térmicas para os estados do Rio de Janeiro, Ceará e São Paulo. Ao todo foram armadinhados 54 municípios e destinado cerca de R\$ 3 milhões para a aquisição e entrega dos equipamentos. A Enel Green Power financiou a recuperação de mais de 300 bombas de injeção de Unidades de Tratamento Intensivo (UTI), resultando na reabilitação de cerca de 80 leitos de UTI. Utilizadas para administrar medicamentos ou nutrientes aos pacientes, as bombas de injeção são essenciais para o funcionamento dos leitos de UTI. Em parceria com o Sinacemal, a EGP disponibilizou recursos para a instalação de mais de 40 unidades de assistência em unidades hospitalares da Bahia. Estas estruturas de assistência a pacientes internados e auxiliam os profissionais de saúde em um momento crítico da rotina de atendimento aos pacientes internados com Covid-19. Essa infraestrutura também permite a aplicação de produtos desinfetantes no momento da retirada dos EPIs (Equipamentos de Proteção Individual), reduzindo o risco de contágio para os profissionais de saúde. No total, foram beneficiados 41 hospitais em 26 municípios brasileiros. Além disso, foram doados Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) e Carteiras de Acesso às Unidades Hospitalares da Bahia. Estas estruturas de assistência, no Estado de São Paulo, Grande do Norte, Bahia e Piauí. Visando a segurança alimentar de comunidades em situação de vulnerabilidade social, também foram doadas cestas básicas para mais de 6,5 mil famílias nos estados do Piauí e Bahia. O modo de desenvolver e gerir relacionamentos com as comunidades, por meio da realização de projetos socioambientais em toda e por toda a atuação da companhia, também visa atender as demandas reais do entorno, alinhadas aos negócios locais do Grupo e com foco na criação de valor para a comunidade. O programa de sustentabilidade da Enel Brasil, Enel Compartilha, vem atuando para promover o consumo consciente, a inclusão, o empreendedorismo, a capacitação profissional e o acesso à energia a todas as pessoas, destacando-se o combate ao desperdício e ao uso eficiente e consciente de energia. Impulso o desenvolvimento socioeconômico local, engajar lideranças locais, educar crianças e jovens para o uso seguro da energia, além de apoiar iniciativas que contribuam para o meio ambiente e o bem-estar das comunidades são os focos de atuação do Enel. Os 512 projetos desenvolvidos pela Enel Brasil em 2021 beneficiaram cerca de 2 milhões de pessoas, com um investimento de R\$ 148 milhões em 12 estados do país. Também foram gerados cerca de R\$ 22 milhões em renda para as comunidades por meio dos projetos de empregabilidade e empreendedorismo. Em suas empresas de distribuição, e por meio do apoio de 763 líderes comunitários ativos, a Enel substituiu gratuitamente cerca de 8 mil geladeiras e 352 mil lâmpadas de clientes através das diversas iniciativas de eficiência energética, incluindo a implantação por meio de cartórios de energia, em parceria com a Enel, além do monitoramento de resultados. Em 2021, a empresa começou a implantar o projeto de Desenvolvimento Territorial na Comunidade Quilombola Kalunga, com o objetivo de valorizar o bioma do Cerrado e a agricultura familiar da região de Vão do Moleque e Vão de Almas. Também está fortalecendo a Rede de Lideranças como fator de sustentabilidade e desenvolvimento em áreas rurais e Turismo Rural. O programa de sustentabilidade da Enel Brasil remota, a Enel desenvolve ações sociais que beneficiam as comunidades, como palestras e oficinas sobre consumo consciente e eficiente de energia. Outras ações relevantes que contribuem para reduzir a conta de energia dos clientes são os projetos Troca de Geladeiras e Troca de Lâmpadas, que substituem refrigeradores usados e lâmpadas antigas por modelos novos e mais eficientes. O programa Ecoenel é outra iniciativa que oferece o programa de Eficiência Energética da Enel que inclui parcerias com empresas e escolas para a instalação de sistemas fotovoltaicos, modernização de sistemas de iluminação e refrigeração, entre outros. A seleção das propostas da Chamada Pública passa por análise e classificação dos projetos, que leva em conta a documentação obrigatória, a qualidade das iniciativas, desenvolvimento da proposta e ações inovadoras, além da pontuação alçada de acordo com os critérios divulgados em cada edital. Em 2021, atuamos em 69 projetos de eficiência energética oriundos das Chamadas Públicas das quatro distribuidoras da Enel Brasil, Enel Compartilha. O programa de eficiência energética da Enel Brasil atua para a infraestrutura das comunidades nas áreas de influência direta dos parques em construção e em operação, por meio de reformas e revitalização de espaços comunitários, melhorias no acesso à água, trabalhos de prevenção a incêndios, melhorias de acessos, dentre outras. Em 2021 tivemos 30.929 beneficiados, com 8 (oito) projetos em 3 (três) estados. Como exemplo, realizamos a construção de Cisternas para Agricultores Familiares, o projeto Biologia e o projeto Solar que melhorou o acesso à água potável e a produção de energia solar fotovoltaica em comunidades rurais. Além disso, a Enel promoveu o projeto Água para Todos, com o objetivo de garantir o acesso à água para as famílias e comunidades que residem em localidades com seca prolongada, fortalecendo o compromisso com o ODS 6, além da estratégia de Economia Circular. Como destaque, em São Gonçalo do Gurgueia, no Piauí, tivemos Construção do Parque Ararinha, que foi o primeiro parque infantil em escola pública do Município de São Gonçalo do Gurgueia, localizado na área de influência da Enel do distrito de São Gonçalo do Gurgueia, no município de Santa Maria do Gurgueia, localizada na zona rural do município. Na construção foram utilizados 4.200 kg de madeira reutilizada da obra e oriunda de palets e bobinas, e um terreno de 70m². A construção do Parque Ararinha proporcionou uma solução em economia circular e fomentou a educação ambiental na escola, além de melhorar a estrutura para o convívio escolar. No total, 100 pessoas foram beneficiadas com a iniciativa. **Enel Compartilha Atitude Verde - Assistência Técnica Rural:** A Enel, as empresas do Grupo e suas filiais desenvolveram o Programa de Assistência Técnica Rural (ATR) para apoiar a área de influência direta das plantas de Fontes II, Cumaru e Morro II, contemplando 3 estados e 5 municípios, visando sanar a produção sustentável de alimentos, fortalecer a segurança alimentar, promover a criação de valor compartilhado por meio da geração de renda e a aplicação de novas técnicas agroflorestais nestes territórios. Em 2021, o projeto ainda contou com o reaproveitamento de resíduos em construção, com o apoio da prefeitura municipal, estimulando a economia circular, o relacionamento com as partes interessadas e a abordagem aos ODS 2, 11 e 17. No total, foram cerca de 90 famílias beneficiadas contemplando melhora na produtividade, segurança alimentar, produção sustentável e estímulo à geração de renda. **Parceiro Responsável:** Desde 2007, o programa tem como objetivo principal desenvolver e engajar a cadeia de suprimentos da Enel nas temáticas de sustentabilidade e na Agenda 2030 da ONU. Em 2021, a Enel lançou uma iniciativa de educação em sustentabilidade: **Due Diligence em Direitos Humanos**. Com o objetivo de promover o respeito aos Direitos Humanos Universais e reduzir os riscos, a Enel realiza a cada 3 anos seu processo de DDDH em suas atividades. O último ciclo teve início em 2020, envolvendo os principais stakeholders por meio de pesquisas e entrevistas. A avaliação do nível de gestão da Enel sobre o tema identificou 85% de integração das políticas da empresa aos Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos da Enel, com 75% de aderência identificada em 2017. Esse processo gerou um Plano de Ação com 15 prioridades e melhorias para serem executadas entre os anos de 2021 e 2022. Em 2021, o Plano de Ação teve um avanço de 89% das atividades planejadas para o biênio. **Rede do Bem:** A Rede do Bem, programa de voluntariado corporativo da

Enel no Brasil, lançada em 2012, tem feito a diferença nas vidas dos nossos colaboradores e de milhares de pessoas que beneficiamos nas comunidades. Com o foco de estimular a cidadania e uma cultura de engajamento social, o programa tem um formato colaborativo e dinâmico, semelhante à uma rede social, tornando o voluntário protagonista das atividades na plataforma, propondo ações e experiências após as atividades. Em 2021, o programa beneficiou 16 mil pessoas com a atuação de 2 mil voluntários nas 35 atividades, divididas entre "Campanhas Sazonais" (surgeam ao longo do ano, como arrecadação de doativos, apoio em encheretes, material escolar, etc.), "Diversidade" (Mulheres de Energia - Encontros com estudantes do ensino médio e superior, o qual valoriza da Enel falar sobre carreira e vida profissional) e "Natal com Propósito", onde a Enel mais uma vez foi doadora e embalsadora da campanha Natal sem Fome da ONG Ação da Cidadania. **Programa de Cultura da Sustentabilidade "Ser - Sustentabilidade em Rede":** Criado com o objetivo de difundir a cultura de sustentabilidade em toda a cadeia de valor - incentivando colaboradores, fornecedores, clientes e sociedade a adotar atitudes sustentáveis e criar valor compartilhado. Inspirado nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU (ODS), e esse com um foco especial em Concetos e Aplicação ESG na Enel, o programa se desdobra em 4 frentes: Ser Ambiental, Ser Econômico, Ser Social e Ser Humano, e em 2021, alcançou mais de 10 mil participações entre os 56 eventos da iniciativa em todo o Brasil - número 130% maior quando comparado a 2020. Foram convidadas mais de 40 especialistas externos e internos sobre as diversas temáticas tratadas nos debates, dinâmicas e palestras realizados no ano. **Certificações:** As empresas da Enel Brasil contam com um Sistema de Gestão Integrado (SGI) que busca a excelência na qualidade e o constante aprimoramento de seus serviços. As empresas possuem as seguintes certificações ISO: a 9001 em qualidade, a 14001 em meio ambiente, a 45001 sobre saúde e segurança no trabalho, a 50001 em gestão de energia e a 37001 em gestão ambiental. A Enel Distribuição São Paulo também possui a ISO 55001 em gestão de ativos. A Enel Distribuição Goiás prevê para o segundo semestre de 2022 certificar-se na ISO 45001, sobre saúde e segurança ocupacional, e ISO 14001, em meio ambiente. **5. RECONHECIMENTOS E PREMIAÇÕES: 100 Open Startups:** Somos uma das empresas mais abertas à inovação no Brasil e a organização 100 Open Startups, plataforma internacional de maior impacto na geração de negócios entre grandes empresas e startups, reconheceu a Enel Brasil como uma das empresas que mais fazem Open Innovation no país. **Empresa Amiga da Criança:** A Enel Brasil recebeu mais uma vez o selo concedido pela Fundação Abrinq, em reconhecimento às diversas iniciativas do Grupo voltadas para o apoio e desenvolvimento de crianças e jovens, assim como de engajamento no combate ao trabalho infantil em toda a cadeia produtiva de energia. **Empresa Pró-Etica:** A Enel Brasil é reconhecida como uma Empresa Pró-Etica no país por meio da Controladoria-Geral da União (CGU) do governo federal. A iniciativa avalia empresas em relação a práticas de prevenção de atos de corrupção e outros crimes no âmbito das suas atividades de negócio, nos últimos 2 anos. A Enel já foi reconhecida pelo governo nos anos de 2016 e 2017, quando a premiação era anual, em 2018/2019 quando o processo passou a ser bienal e novamente premiada no biênio 2020/2021. **Empresa Mais Digital de 2021:** Prêmio concedido pelo +Digital Institute, reconhece as companhias mais bem posicionadas para enfrentar os desafios e colher as oportunidades do mundo digital, em eventos nos quais são promovidas palestras, além de trilhas de conteúdo, salas de negócios e materiais sobre as melhores práticas de transformação digital. **Certificação Top Employer:** Pela terceira vez consecutiva, a Enel Brasil foi certificada como uma empresa Top Employer. A certificação, realizada pelo Top Employers Institute, é internacional e avalia práticas de gestão de RH e condições dos colaboradores dentro das organizações. **Anuário Época Negócios 300:** Em 2021, a Enel Brasil foi destaque no Anuário Época Negócios 300®, uma das mais importantes premiações do País, que ranqueia as 300 melhores companhias brasileiras. Fruto de uma parceria entre a revista Época e a Fundação Dom Cabral, a publicação contempla diferentes setores, entre eles, o de Energia. Na dimensão de Sustentabilidade, a Enel ficou na 15ª posição entre as 300 empresas listadas no Guia de todos os setores. **Reconhecimento do Pacto Global sobre Práticas Empresariais de Direitos Humanos:** O processo de Due Diligence de Direitos Humanos da Enel foi selecionado pelo Pacto Global da Enel e pelo Escritório Regional do Alto Comissariado da ONU para os Direitos Humanos entre as 12 melhores práticas empresariais sobre o tema, em 2021. O processo de seleção envolveu uma chamada pública para as empresas apresentarem suas práticas, e as melhores foram selecionadas para compor uma publicação histórica e exclusiva de casos sobre Empresas e Direitos Humanos, em comemoração aos 10 anos de lançamento dos "Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos".

6. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA:

Acionistas	2021		2020	
	Ações	%	Ações	%
Enel Américas S.A.	918.837.040	99,50%	612.240.126	99,25%
Ações em Tesouraria	4.618.298	0,50%	4.618.298	0,75%
Total	923.455.338	100,00%	616.858.424	100,00%

7. AGRADECIMENTOS: A Administração expressa seus agradecimentos aos acionistas, conselheiros, parceiros, fornecedores e clientes e, em especial, a todos os Colaboradores, sejam próprios ou de empresas parceiras. Reconhece ainda que os resultados alcançados em 2021 se tornaram efetivos pelo especial comprometimento, dedicação e competência demonstrados. A Administração.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
				Reapresentado
Receita líquida	35	-	-	51.123.742
Lucro líquido	36	-	-	36.815.504
Lucro bruto	-	-	-	(42.363.639)
(Despesas) receitas operacionais	-	-	-	8.740.107
Despesas com vendas	36	-	-	(36.625)
Despesas gerais e administrativas	36	(286.569)	(236.385)	(1.806.471)
Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	36	-	-	(1.572.960)
Outras receitas e despesas operacionais	36	6.878	(96)	420.766
Total (despesas) receitas operacionais	(279.691)	(236.481)	(2.995.236)	(2.046.189)
Resultado de equivalência patrimonial	15	2.450.181	2.140.148	-
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro		2.170.490	1.903.667	5.744.871
Resultado financeiro	37	329.585	153.392	3.079.195
Despesa financeira	(394.889)	(811.744)	(3.507.566)	(3.833.966)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		2.105.186	1.245.315	3.316.500
Imposto de renda e contribuição social	34	(67.211)	(27.427)	(932.342)
Correntes	242.440	223.769	(10.149)	(176.721)
Diferidos	-	-	-	32.405
Incentivo fiscal	-	-	-	46.080
Lucro líquido antes das participações minoritárias		2.280.415	1.441.657	2.407.414
Lucro líquido por ação (em Reais - R\$)		2,48	2,35	2,62
Atribuível aos acionistas controladores				2.280.415
Atribuível aos acionistas não controladores:				128.999
Demais acionistas do Grupo Enel				20
Outros acionistas não controladores				142.389
				126.979
				142.389

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABSTRANTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	2.280.415	1.441.657	2.407.414	1.584.643
Lucro líquido do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Valores de variação cambial sobre controlada no exterior	(61.074)	(59.424)	(63.073)	(60.124)
Outros resultados abrangentes líquidos no reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	20.765	20.204	21.445	20.442
Resultado líquido do período de concessão	(2.325)	(132.713)	(2.325)	(132.713)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(42.634)	(171.933)	(43.953)	(172.395)
Outros resultados abrangentes líquidos no reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(63.445)	(2.449.758)	(47.773)	(2.449.758)
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	18.171	8.321.917	16.243	832.917
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos no reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(35.274)	(1.616.841)	(31.530)	(1.616.841)
Total dos outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(77.908)	(1.788.774)	(75.483)	(1.789.236)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos				
líquidos de impostos	2.202.507	(347.117)	2.331.931	(204.593)
Atribuído a:				
Acionistas controladores	-	-	2.202.507	(347.117)
Demais acionistas do Grupo Enel	-	-	20	597
Outros acionistas não controladores	-	-	129.404	141.927
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABSTRANTES EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	2.280.415	1.441.657	2.407.414	1.584.643
Lucro líquido do exercício				
Outros resultados abrangentes				
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:				
Valores de variação cambial sobre controlada no exterior	(61.074)	(59.424)	(63.073)	(60.124)
Outros resultados abrangentes líquidos no reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	20.765	20.204	21.445	20.442
Resultado líquido do período de concessão	(2.325)	(132.713)	(2.325)	(132.713)
Outros resultados abrangentes a serem reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(42.634)	(171.933)	(43.953)	(172.395)
Outros resultados abrangentes líquidos no reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(63.445)	(2.449.758)	(47.773)	(2.449.758)
Ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	18.171	8.321.917	16.243	832.917
Tributos diferidos sobre ganho (perda) atuarial em fundo de pensão de controlada	-	-	-	-
Outros resultados abrangentes líquidos no reclassificados para resultado do exercício em períodos subsequentes:	(35.274)	(1.616.841)	(31.530)	(1.616.841)
Total dos outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos	(77.908)	(1.788.774)	(75.483)	(1.789.236)
Outros resultados abrangentes do exercício, líquido de impostos				
líquidos de impostos	2.202.507	(347.117)	2.331.931	(204.593)
Atribuído a:				
Acionistas controladores	-	-	2.202.507	(347.117)
Demais acionistas do Grupo Enel	-	-	20	597
Outros acionistas não controladores	-	-	129.404	141.927
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.				

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 E 2020 (Em milhares de reais)

Nota	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
	2.280.415	1.441.657	2.407.414	1.584.643

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2021 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: **1.1. Contexto operacional:** A Enel Brasil S.A. ("Enel Brasil" ou "Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado, com sede localizada na Avenida das Nações Unidas, 14401, Torre B1 Aroeira, município de São Paulo, Estado de São Paulo, subsidiária integral da Enel Américas S.A. localizada em Santiago, no Chile, controlada indireta da Enel S.p.A., localizada em Roma, Itália. A Companhia possui participações nas seguintes controladas operacionais por segmento, que, em conjunto com a Companhia formam o Grupo Enel Brasil ("Grupo Enel" ou "Grupo") atuando em qualquer segmento e prestação de serviços no setor elétrico conforme suas divisões estratégicas: redes, geração, comercialização, soluções e outros. a) Infraestrutura e Redes: **Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo S.A.**, a Eletropaulo Metropolitana Eletricidade de São Paulo ("Eletropaulo" ou "Enel Distribuição São Paulo"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 - Brasil, Bolsa e Balcão, com sede no município de São Paulo, Estado de São Paulo, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL. A controlada Enel Distribuição São Paulo atende a aproximadamente 7,8 milhões de unidades consumidoras em 24 municípios da região metropolitana da Grande São Paulo regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 162/1998, de 15 de junho de 1998 com vencimento em julho de 2028. **Ampla Energia e Serviços S.A.**: A Ampla Energia e Serviços S.A. ("Enel Distribuição Rio" ou "Ampla"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3 com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, é uma concessionária de serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL. A controlada Enel Distribuição Rio atende a aproximadamente 3 milhões de unidades consumidoras em 66 municípios, sendo 65 do Estado do Rio de Janeiro e um de Minas Gerais regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 05/1996, de 9 de dezembro de 1996 com vencimento em dezembro de 2026. **Companhia Energética do Ceará**: A Companhia Energética do Ceará ("Enel Distribuição Ceará" ou "Coelce"), sociedade por ações de capital aberto registrada na B3, com sede no município de Fortaleza, Estado do Ceará, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL. A controlada Enel Distribuição Ceará atende a aproximadamente 4,3 milhões de unidades consumidoras em todo o Estado do Ceará regida pelo contrato de concessão de distribuição de energia elétrica nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, com vencimento em maio de 2028. **CELG Distribuição S.A. - CELGD**: A CELG Distribuição S.A. ("Enel Distribuição Goiás" ou "Celg"), sociedade anônima com registro de companhia aberta categoria "B", com sede no município de Goiânia, Estado de Goiás, é uma concessionária do serviço público de energia elétrica regulada pela ANEEL. A controlada Enel Distribuição Goiás atende a aproximadamente 3,1 milhões de unidades consumidoras em todo o Estado de Goiás regida pelo 5º termo aditivo ao contrato de concessão nº 63/2000-ANEEL de 25 de agosto de 2000, publicado em 30 de dezembro 2015 com vencimento em dezembro de 2045. **Enel Cien S.A.**: A Enel Cien S.A. ("Enel CIEN"), sociedade por ações de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, tem por objeto social atuar transmissão e conversão de energia elétrica entre o Brasil e a Argentina. Em 4 de abril de 2011, por meio das Portarias nº 210 e nº 211, as linhas Garabi I e Garabi II, respectivamente, passaram a ser tratadas como equiparadas a concessões de transmissão. Tal equiparação submete as duas linhas de transmissão da controlada Enel CIEN à metodologia de reconhecimento de receita por meio de homologação anual de Receita Anual Permitida - (RAP), pela ANEEL revisada a cada quatro anos. Contudo, anualmente a RAP é reajustada tomando por base o Índice de Preços ao Consumidor Amplo ("IPCA") com término da vigência em 31 de julho de 2022. Até a data das demonstrações financeiras, os passos que antecederiam uma eventual licitação dos ativos estão em discussão junto ao órgão regulador e ao Ministério de Minas e Energia. A indenização estimada que seria paga pelo Poder Concedente ao término destas outorgas, caso não sejam renovadas, excedem o valor contábil dos ativos registrados, não demonstrando qualquer indicativo de perda do valor recuperável ("impairment") dos ativos imobilizados. b) Geração: **Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.**: A Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A. ("Cachoeira Dourada"), sociedade por ações de capital fechado com sede no município de Cachoeira Dourada, Estado de Goiás, é uma geradora de energia elétrica de origem hídrica regulada pela ANEEL. Em 5 de setembro de 1997, foi realizado leilão público para aquisição, pela iniciativa privada, da participação acionária representativa do seu capital. Essa operação foi reconhecida pelo poder concedente através do Contrato de Concessão nº 011/97, datado de 12 de setembro de 1997, o qual determina que o prazo da concessão é de 30 anos, expirando-se em setembro de 2027. O ativo imobilizado da controlada Cachoeira Dourada é constituído, basicamente, do acervo da citada usina, que está localizada no Rio Paranaíba, com sede no município de Cachoeira Dourada, Goiás, com capacidade instalada de 658MW, subdivididos em 10 unidades geradoras. A controlada Cachoeira Dourada possui autorização do Ministério de Minas e Energia para importar energia da Argentina e do Uruguai válida até 31 de dezembro de 2022. A energia importada é destinada ao Mercado de Curto Prazo brasileiro, nos termos da Portaria MME nº 339/2018, em montantes estabelecidos pelo Operador Nacional do Sistema ("ONS"), no sentido de reduzir os custos de operação do Sistema Interligado Nacional ("SIN"). **Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.**: A Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. ("CGTF"), sociedade de capital fechado, com sede no município de Caucaia, Estado do Ceará, é um produtor independente de geração de energia elétrica composta de um ciclo combinado com duas turbinas a gás e uma turbina a vapor. A controlada foi autorizada pela ANEEL através da Resolução ANEEL nº 433, de 19 de outubro de 2001, conforme Despacho ANEEL nº 73/2002. A CGTF é um dos empreendimentos integrantes do Programa Prioritário de Termelétricidade - PPT do Governo Federal para ampliação da oferta de energia ao Brasil, tendo a CCTF contratada em 31 de agosto de 2001, a venda de 2.690GWh/ano (equivalente a 327MW médias), para a Enel Distribuição Ceará, também pertencente do Grupo Enel, por 20 anos a partir do início do suprimento de energia em janeiro de 2004, a preço normativo estabelecido pela ANEEL, reajustável anualmente por uma cesta de indicadores composta pelas variações do Índice Geral de Preços de Mercado ("IGP-M"), do dólar norte-americano e do gás natural contratado. **Enel Green Power Volta Grande S.A.**: A Enel Green Power Volta Grande S.A. ("Volta Grande"), sociedade de capital fechado, com sede no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro é uma geradora de energia elétrica de origem hídrica. Em 27 de setembro de 2017, a controlada Volta Grande conquistou um contrato de 30 anos de concessão para a usina de Volta Grande, já em operação, localizada no Rio Grande, nos estados de Minas Gerais e São Paulo, com uma capacidade total instalada de 380MW. A controlada Volta Grande firmou o contrato de concessão em 10 de novembro de 2017, sendo em regime de alocação de cotas de sua garantia física de energia e de potência, nos termos da Lei nº 12.783/2013 alterada pela Lei nº 13.203/2015, mediante pagamento da Bonificação pela Outorga - BO, fixados pela Resolução nº 12 do Conselho Nacional de Política Energética - CNPE, de 12 de maio de 2017 e no Edital do Leilão ANEEL nº 01/2017. **Controladas adquiridas da Enel Green Power Brasil Participações**: As controladas adquiridas da Enel Green Power Brasil Participações (EGP) possuem como atividade a geração de energia elétrica por meio de fontes renováveis tais como hídrica, eólica e solar totalizando uma capacidade de geração de 3.624MW. Veja nota explicativa 1.3.2. sobre a incorporação da EGP.

Controlada	Tipo de Sociedade	Usinas/Parques	Potencial de geração (MW)	Operacional	Fim do Prazo de concessão	Contrato de concessão/ autorização
EGP Lagoa do Sol 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa do Sol 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa do Sol 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa do Sol 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa do Sol 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa do Sol 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa II Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa III Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Lagoa Participações S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Manicóba Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Manicóba	30	Operação Comercial	13/02/2049	Autorizada
EGP Modelo I Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Modelo I	30,55	Operação Comercial	23/03/2047	Autorizada
EGP Modelo II Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Modelo II	25,85	Operação Comercial	23/03/2047	Autorizada
EGP Morro do Chapéu I Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de São Mário Ventos de São Paulo	30 28	Operação Comercial Operação Comercial	03/07/2050 03/07/2050	Autorizada Autorizada
EGP Morro do Chapéu II Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Dulce Ventos de Santa Esperança	28 28	Operação Comercial Operação Comercial	03/07/2050 03/07/2050	Autorizada Autorizada
EGP Morro do Chapéu Solar 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Mourão S/A	Sociedade anônima de capital fechado	UHE Mourão	8,2	Operação Comercial - Cotas	30/12/2045	Contrato de concessão 004/2016
EGP Nova Olinda 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Nova Olinda 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 01 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 02 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 03 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 06 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Novo Lapa 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Paranapanema S/A	Sociedade anônima de capital fechado	UHE Paranapanema	31,5	Operação Comercial - Cotas	30/12/2045	Contrato de concessão 005/2016
EGP Pau Ferro Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Pau Ferro	30,55	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Pedra do Gerônimo Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Pedra do Gerônimo	30,55	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Primavera Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Primavera	29,9	Operação Comercial	01/02/2047	Autorizada
EGP Salto Apicás S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Salto Apicás	45	Operação Comercial	11/08/2043	Autorizada
EGP São Abraão Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santo Abraão	28	Operação Comercial	06/07/2045	Autorizada
EGP São Gonçalo 07 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 07	34,54	Operação Comercial	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 08	34,54	Operação Comercial	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 09 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Gonçalo 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 1	50	Operação Comercial	05/06/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 10 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 10	50	Operação Comercial	18/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 11 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 11	34,54	Operação Comercial	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 12 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 12	34,54	Em construção	19/03/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 13 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Gonçalo 14 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 14	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 15 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 15	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 16 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Gonçalo 17 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 17	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 18 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 18	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 19 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 19	43,03	Em construção	19/11/2054	Autorizada
EGP São Gonçalo 2 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 2	45,68	Operação Comercial	11/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 21 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 21	50	Operação Comercial	17/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 22 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 22	50	Operação Comercial	01/06/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 3 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 3	50	Operação Comercial	14/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 4 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 4	50	Operação Comercial	11/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 5 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 5	45,68	Operação Comercial	11/05/2053	Autorizada
EGP São Gonçalo 6 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Gonçalo 6	50	Operação Comercial	11/12/2053	Autorizada
EGP São Judas Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	São Judas	29,9	Operação Comercial	01/02/2047	Autorizada
EGP São Micael 04 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP São Micael 05 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-
EGP Tacaico Eólica S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Tacaico	18,8	Operação Comercial	26/03/2047	Autorizada
EGP Ventos da Boa Vista 01 Ltda	Sociedade empresarial de capital fechado	Parque Eólico Ventos Da Boa Vista	-	-	-	-
EGP Ventos de Santa Ângela 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 01	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 10 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 10	40,95	Operação Comercial	23/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 11 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 11	44,1	Operação Comercial	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 14 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 14	42,6	Operação Comercial	23/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 15 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 15	43,5	Em construção	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 17 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 17	47,25	Em construção	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 19 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 19	30	Em construção	25/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 2 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 02	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 20 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 20	30	Em construção	01/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 21 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 21	27	Em construção	04/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 3 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 03	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 4 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 04	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 5 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 05	31,5	Operação Comercial	14/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 6 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 06	31,5	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 7 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 07	25,2	Operação Comercial	13/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 8 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 08	31,5	Operação Comercial	17/06/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela 9 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 09	44,1	Operação Comercial	23/05/2053	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 12 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela Act 12	30	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 13 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 13	28,35	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 16 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela 16	31,5	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 18 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Ângela Act 18	31,5	Em construção	02/04/2054	Autorizada
EGP Ventos de Santa Esperança 08 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	Ventos de Santa Esperança 08	30*	Em construção	17/09/2054	Autorizada
EGP Ventos de Santa Esperança 1 S/A	Sociedade anônima de capital fechado	-	-	-	-	-



ENEL BRASIL S.A.

Table with columns: Controlada, Tipo de Sociedade, Usinas/Parques, Potencial de geração (MW), Operacional, Fim do Prazo de concessão, Contrato de concessão/autorização. Lists various subsidiaries and their operational status.

(*) Usinas submetidas a processo de alteração de características técnicas perante à ANEEL com previsão de modificação da capacidade instalada autorizada.
c) Comercialização: Enel Trading Brasil S.A.
d) Enel X: Enel X Brasil S.A.

créditos concedidos em futura, serão recuperados por meio do encargo destinado à cobertura dos custos do serviço do sistema, sem prejuízo financeiro para a Companhia.

Table comparing 2020 and 2021 data for Enel Brasil and Gridspertise Srl, showing quantities and participation percentages.

Por se tratar de uma operação entre entidades sob controle comum, foram considerados os valores contábeis dos acervos da investida Gridspertise Latam para a reorganização societária, consequentemente, não há agio por expectativa de rentabilidade futura na operação.

Table titled 'Ativo Circulante' listing various assets like Caixa, Tributos, and Dividendos.

Table titled 'Total do ativo circulante Não circulante' listing Depósitos, Instrumentos financeiros, and Imobilizado.

Table titled 'Total do ativo não circulante' and 'Total do ativo Passivo Circulante' listing Fornecedores and Debêntures.

Table titled 'Total do passivo não circulante' and 'Patrimônio líquido' listing Capital social and Reserva de lucros.

Em decorrência da incorporação a Companhia teve um aumento de capital de R\$ 13.409.323 mediante a emissão de 306.596.915 novas ações, que passa dos atuais R\$ 18.978.311 para R\$ 32.387.634.

Table titled 'Acionistas' showing ownership details for Enel América S.A. and Energia y Servicios South America SpA.

Como resultado desta incorporação, a EGP Brasil Participações Ltda. foi extinta de pleno direito e a Companhia tornou-se sua sucessora e detentora das participações em controladas da incorporada, vide nota explicativa nº 15.

Table showing 'Saldo antes da incorporação', 'Efeito da incorporação', 'Eliminações', and 'Saldo após a incorporação'.

Table titled 'Ativo Circulante' with detailed breakdown of assets like Caixa, Títulos, and Tributos.

Table titled 'Total do ativo circulante Não circulante' listing Depósitos, Instrumentos financeiros, and Intangível.

Table titled 'Total do ativo não circulante' and 'Total do ativo Passivo Circulante' listing Fornecedores and Debêntures.

Table titled 'Total do passivo não circulante' and 'Patrimônio líquido' listing Capital social and Reserva de lucros.

Table titled 'Base de preparação e principais políticas contábeis: 2.1. Base de preparação: 2.1.1. Declaração de conformidade'.

Table titled '2.1.2. Moeda funcional, transações em moeda estrangeira e conversão de saldos'.

Table titled '2.1.3. Base de mensuração'.

2.1.4. Reclassificação de saldos comparativos: A Companhia, após reavaliação de determinados bens e objetivando a melhor apresentação da sua posição patrimonial e do seu desempenho operacional e financeiro, procedeu ao seguinte ajuste e reclassificação nas suas demonstrações do resultado de 31 de dezembro de 2020, originalmente aprovadas em 22 de fevereiro de 2021.

Table titled 'IPC' showing inflation rates for January and December of 2018, 2019, and 2020.

(*) Índice de Preços al Consumidor equivalente ao IPCA do Brasil na Argentina.
Fonte: Índices y variaciones porcentuales mensuales e interanuales según divisiones de la canasta, bienes y servicios, clasificación de grupos. Diciembre de 2016-diciembre de 2021.



Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 em 11/03/2022 18:44

...continuação

R\$ 524.767 da receita financeira para o resultado operacional, vide nota explicativa nº 33 - Receita líquida e nº 35 - Resultado financeiro.

	2020		
	Originalmente apresentado	Reclassificações	Reapresentado
Receita operacional bruta	57,52	524,767	582,289
Deduções da receita	(19,201,835)		(19,201,835)
Receita operacional líquida	36,290,737		36,290,737
Custos do serviço	(30,318,809)		(30,318,809)
Lucro Bruto	5,971,928		5,971,928
(Despesas) e receitas operacionais	(2,046,189)		(2,046,189)
Lucro antes do resultado financeiro e impostos sobre o lucro	3,925,739		3,925,739
Receitas financeiras	2,268,908	(524,767)	1,744,141
Despesas financeiras	(3,833,966)		(3,833,966)
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	2,360,681		2,360,681

2.1.5. Base de consolidação: O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direito sobre, os retornos variáveis advindos de seu envolvimento com a entidade e tem a habilidade de afetar esses retornos essenciais, podendo exercer o poder sobre a entidade. As demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. Nas demonstrações financeiras individuais da controladora, as informações financeiras de controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as operações da Companhia e de suas controladas diretas e indiretas, cuja participação percentual na data dos balanços é assim resumida:

31/12/2021				
Controlada	Segmento	Participação (%)	Direta (%)	Indireta (%)
Caçofoira Dourada	Geração	99,61	99,61	-
CGFSF	Enel X	100,00	0,01	99,99
CGTF	Geração	100,00	100,00	-
Enel Brasil Central	Outros	100,00	100,00	-
Enel CIEN	Infraestrutura e Redes	100,00	100,00	-
Enel Distribuição Ceará	Redes	74,05	74,05	-
Enel Distribuição Goiás	Redes	99,96	99,96	-
Enel Distribuição Rio de Janeiro	Redes	99,73	99,73	-
Enel Distribuição São Paulo	Redes	100,00	100,00	-
Enel Trading	Comercialização	100,00	100,00	-
Enel X Brasil	Enel X	100,00	100,00	-
Luz de Angra	Enel X	51,00	-	51,00
Luz de Itaipu	Enel X	51,00	-	51,00
Volta Grande	Geração	100,00	100,00	-
Enel Uruguay S/A (i)	Outros	100,00	100,00	-
CTM (ii)	Outros	99,99	74,14	25,86
Tesa (iii)	Outros	99,99	60,15	39,84
Alba Energia Ltda. (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
Alvorada Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Apicás Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Bondia Energia Ltda. (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01

31/12/2021				
Controlada	Segmento	Participação (%)	Direta (%)	Indireta (%)
Caçofoira Dourada	Geração	99,61	99,61	-
CGFSF	Enel X	100,00	0,01	99,99
CGTF	Geração	100,00	100,00	-
Enel Brasil Central	Outros	100,00	100,00	-
Enel CIEN	Infraestrutura e Redes	100,00	100,00	-
Enel Distribuição Ceará	Redes	74,05	74,05	-
Enel Distribuição Goiás	Redes	99,96	99,96	-
Enel Distribuição Rio de Janeiro	Redes	99,73	99,73	-
Enel Distribuição São Paulo	Redes	100,00	100,00	-
Enel Trading	Comercialização	100,00	100,00	-
Enel X Brasil	Enel X	100,00	100,00	-
Luz de Angra	Enel X	51,00	-	51,00
Luz de Itaipu	Enel X	51,00	-	51,00
Volta Grande	Geração	100,00	100,00	-
Enel Uruguay S/A (i)	Outros	100,00	100,00	-
CTM (ii)	Outros	99,99	74,14	25,86
Tesa (iii)	Outros	99,99	60,15	39,84
Alba Energia Ltda. (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
Alvorada Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Apicás Energia S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
Bondia Energia Ltda. (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
Central Geradora Fotovoltaica Bom Nome Ltda. (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Aroeira 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Boa Vista Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Brejoilândia Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cabeça de Boi S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Cerrada Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cristal Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,20	0,80
EGP Cumaru 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru Solar 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Cumaru Solar 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Damascena Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,16	0,84
EGP Dellina A Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Dellina B Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Dellina C Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Dellina D Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Dellina E Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Desenvolvimento Ltda. (iii)	Geração	99,99	99,99	-
EGP Dois Riachos Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Emiliana Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,82	1,18
EGP Esperança Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,14	0,86
EGP Esperança Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fazenda S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Fontes dos Ventos 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fontes dos Ventos 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fontes II Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Fontes Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Horizonte Mp Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,99	0,01
EGP Iuverava Norte Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,91	0,09
EGP Iuverava Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,91	0,09
EGP Iuverava Sul Solar S/A (iii)	Geração	100,00	99,91	0,09
EGP Joana Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,84	1,16
EGP Lagoa do Sol 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa do Sol 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa II Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa III Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Lagoa Participações S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Manicoba Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,20	0,80
EGP Modelo I Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Modelo II Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Morro do Chapéu I Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Morro do Chapéu II Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Morro do Chapéu Solar 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Mourão S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Nova Olinda 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Nova Olinda 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 01 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 02 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 03 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 06 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Novo Lapa 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Parapananema S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP Pau Ferro Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,76	1,24
EGP Pedra do Gerônimo Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,87	1,13
EGP Primavera Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,00	1,00
EGP Salto Apicás S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP São Abraão Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	100,00	-
EGP São Gonçalo 07 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 09 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 10 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 11 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 12 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 13 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 14 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 15 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 16 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 17 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 18 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 19 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 2 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 21 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 22 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 3 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 4 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 5 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Gonçalo 6 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Judas Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Mical 04 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP São Mical 05 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Tacaçó Eólica S/A (iii)	Geração	100,00	98,76	1,24
EGP Ventos da Boa Vista 01 Ltda. (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 10 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 11 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 14 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 15 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 17 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 19 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 2 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 20 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 21 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 3 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 4 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 5 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 6 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 7 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 8 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela 9 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 12 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 13 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 16 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Ângela ACL 18 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Esperança 08 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP Ventos de Santa Esperança 1 S/A (iii)	Geração	100,00	99,90	0,10
EGP				

...continuação

for baixado. **Desmantelamento de áreas:** Representam os gastos futuros estimados referentes à obrigação legal de recuperar o meio ambiente e desmobilizar e desativar as unidades produtivas, em função da exaustão da área explorada ou da suspensão permanente das atividades na área por razões econômicas, descontados a valor presente. Desde que exista obrigação legal e seu valor possa ser estimado em bases confiáveis, os gastos com desmantelamento de áreas são reconhecidos como parte do ativo imobilizado que lhes dá origem pelo seu valor presente, obtido por meio de uma taxa de desconto ajustada ao risco, tendo como contrapartida o registro de uma provisão no passivo do Grupo. A mensuração da provisão para desmantelamento é ao custo, as mudanças na mensuração de passivo por desativação, restauração e outros passivos similares que resultam das alterações nas estimativas do valor ou período do fluxo de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos necessários para liquidar a obrigação, ou uma mudança na taxa de desconto, são adicionadas e deduzidas do custo do respectivo ativo no período corrente. As estimativas de desmantelamento de área são revisadas anualmente e amortizadas nas mesmas bases dos ativos principais. Os juros incorridos pela atualização da provisão são classificados como despesas financeiras. 2.2.8. **Arrendamentos:** No início de um contrato, o Grupo avalia se um contrato é ou contém um arrendamento. Um contrato é, ou contém um arrendamento, se o contrato transferir o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. 2.2.8.1. **Como arrendamento:** O Grupo reconhece um ativo de direito de uso de um passivo de arrendamento no início da data de início do arrendamento. O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados até a data de início, mais quaisquer custos diretos iniciais incorridos pelo arrendatário e uma estimativa dos custos a serem incorridos pelo Grupo na desmontagem e remoção do ativo subjacente, restaurando o local em que está localizado e restaurando o ativo subjacente à condição requerida pelos termos e condições do arrendamento, menos quaisquer incentivos de arrendamentos recebidos. O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado pelo método linear desde a data de início até o final do prazo do arrendamento, a menos que o Grupo tenha expectativa de exercer a opção de compra. Nesse caso, o ativo de direito de uso é depreciado durante a vida útil do ativo subjacente, que é determinada na mesma base que a do ativo imobilizado. Além disso, o ativo de direito de uso é periodicamente reduzido por perdas por redução ao valor recuperável, se houver, e ajustado para determinadas remensurações do passivo de arrendamento. O passivo de arrendamento é mensurado inicialmente ao custo, incluindo os pagamentos do arrendamento que não são efetuados na data de início, descontados pela taxa de juros explícita no arrendamento ou, se essa taxa não puder ser determinada imediatamente, pela taxa de empréstimo incremental do Grupo. O Grupo determina sua taxa incremental sobre empréstimos obtendo taxas de juros de várias fontes externas de financiamento e fazendo alguns ajustes para refletir os termos do contrato e o tipo do ativo arrendado. O passivo de arrendamento é mensurado pelo custo amortizado, utilizando o método dos juros efetivos. É remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, se houver alteração nos valores que se espera que sejam pagos de acordo com a garantia de valor residual, se o Grupo alterar sua avaliação se exercerá uma opção de compra, extensão ou rescisão ou se há um pagamento de arrendamento revisado fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso ou é registrado no resultado se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. 2.2.8.2. **Como arrendado:** Quando o Grupo atua como arrendador, determina, no início da locação, se cada arrendamento é um arrendamento financeiro ou operacional. Para classificar cada arrendamento, o Grupo faz uma avaliação geral se o arrendamento transfere substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes à propriedade do ativo subjacente. Se for esse o caso, o arrendamento é um arrendamento financeiro; caso contrário, é um arrendamento operacional. Como parte dessa avaliação, o Grupo considera certos indicadores, como se o prazo do arrendamento é equivalente à maior parte da vida econômica do ativo subjacente. Se um acordo contiver componentes de arrendamento e não arrendamento, o Grupo aplica o CPC 47 para alocar a contraprestação no contrato. O Grupo aplica os requisitos de desreconhecimento e redução ao valor recuperável do CPC 48 ao investimento líquido no arrendamento quando aplicado. O Grupo também revisa regularmente os valores residuais não garantidos estimados, utilizados no cálculo do investimento bruto no arrendamento. 2.2.9. **Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício para as empresas tributadas pelo Regime Lucro Real. As controladas tributadas pelo Regime de Lucro Presumido apuram o imposto de renda e a contribuição social com base na legislação vigente, cujas alíquotas aplicáveis sobre a receita bruta, para apuração da base de cálculo são: 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. a) **Imposto corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo de imposto de renda, dependendo de se a empresa espera pagar os impostos recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. b) **Imposto diferido:** Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis. Ativos fiscais diferidos são reconhecidos em relação aos créditos e perdas tributárias e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros futuros tributáveis estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. O valor contábil dos ativos fiscais diferidos é revisado em cada data do balanço e baixado na extensão em que não é mais provável que lucros tributáveis estarão disponíveis para permitir que todo ou parte do ativo fiscal diferido venha a ser utilizado. Ativos fiscais diferidos baixados são revisados a cada data do balanço e são reconhecidos na extensão em que se torna provável que lucros tributáveis futuros permitirão que os ativos fiscais diferidos sejam recuperados. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base na expectativa de que o imposto que será aplicado no ano que a taxa será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço. Tributo diferido relacionado a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido também é reconhecido no patrimônio líquido, e não na demonstração do resultado. Itens de tributos diferidos são reconhecidos de acordo com a transação que originou o tributo diferido, no resultado abrangente ou diretamente no patrimônio líquido. O imposto diferido ativo e passivo são compensados somente se atenderem os critérios estabelecidos na norma contábil. c) **Incentivo fiscal das controladas:** As controladas Enel Distribuição Ceará, EGP Morro do Chapéu II, EGP Iruverava Norte e EGP Iruverava Sul contam com benefícios fiscal SUDENE - Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, que reduz 75% do imposto de renda e adicionais não resultativos, calculado sobre o lucro da exploração, referente à atividade de distribuição de energia. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o benefício apurado foi de R\$ 32.022 (R\$ 46.080 em 31 de dezembro de 2020) reconhecido no Patrimônio Líquido como Reservas de Incentivos Fiscais. O valor do imposto que deve ser pago em virtude da utilização das reservas de incentivos é distribuído aos sócios ou acionistas, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação a importância distribuída, o imposto que a Companhia tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis, conforme determina o artigo19, §§ 3º e 5º, do Decreto Lei nº 1.598/77. 2.2.10. **Benefício a empregados - Planos de benefício definido:** A obrigação líquida é calculada separadamente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados receberão como retorno pelos serviços prestados no exercício atual e em exercícios anteriores. Esse benefício é descontado para determinar o seu valor presente. O cálculo da obrigação de plano de benefício definido é realizado anualmente por um atuário qualificado utilizando o método de crédito unitário projetado. O déficit/superávit é calculado, deduzindo-se o valor justo dos ativos do plano. Quando o cálculo resulta em um potencial ativo, o ativo a ser reconhecido é limitado ao valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano. A redução nas futuras disponibilidades ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos são levadas em consideração as expectativas de rotatividade dos empregados, incluindo contratos de dividas assumidas pela companhia com os planos. As remensurações da obrigação líquida de benefício definido, que incluem: ganhos e perdas atuariais, o retorno dos ativos do plano (excluindo juros) e o efeito do teto do ativo (se houver, exceto atuariais), são reconhecidos em outros resultados abrangentes. Os juros líquidos sobre o passivo de benefício definido e o custo do serviço são reconhecidos na demonstração do resultado do exercício. O Grupo determina os juros líquidos sobre o valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido no período com base na taxa de desconto utilizada na mensuração da obrigação de benefício definido e no passivo definido, ambos conforme determinados no início do exercício a que se referem as demonstrações financeiras, levando em consideração quaisquer mudanças no valor líquido de passivo (ativo) de benefício definido durante o período em razão de pagamentos de contribuições e benefícios. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementalizados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem na demonstração do resultado, do exercício, como parcela do custo do serviço, ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes também são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação, ou liquidação parcial, do respectivo plano. O custo do serviço é calculado de acordo com o método de crédito unitário projetado, adotado no cálculo da obrigação atuarial, líquido de contribuições realizadas por participantes. Quando os benefícios de um plano são incrementalizados, a porção do benefício incrementado relacionada a serviços passados prestados pelos empregados é reconhecida imediatamente no exercício em que ocorrem no resultado, como parcela do custo do serviço, bem como os ganhos e perdas anteriormente reconhecidos em outros resultados abrangentes são reconhecidos no resultado do exercício na liquidação do respectivo plano. 2.2.11. **Provisão para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais:** As provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais são reconhecidas quando o Grupo: (i) tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e (iii) o valor tiver sido estimado com segurança. Quando houver uma série de obrigações similares, a probabilidade de liquidação é determinada, levando-se em consideração a classe de obrigações como um todo. Uma provisão é reconhecida mesmo que a probabilidade de liquidação relacionada com qualquer item individual incluído na mesma classe de obrigações seja pequena. 2.2.12. **Subvenções governamentais:** Subvenções governamentais são reconhecidas quando houver certeza de que o benefício será recebido e que todas as correspondentes condições serão satisfeitas. Quando o benefício se refere a um item de despesa, é reconhecido como receita ao longo do período do benefício, de forma sistemática em relação aos custos cujo benefício objetiva compensar. As subvenções que visam compensar a Companhia nos subsídios incidentes nas tarifas de energia de classes específicas de consumidores, incluindo subsídios de baixa renda, são reconhecidas no resultado como "outras receitas" denominadas como Subvenção CDE em uma base sistemática durante o período de duração do benefício, com o fato de ser reconhecido, vide nota explicativa nº 8 - Subvenção CDE - Desconto Tarifário e nº 34 - Imposto de renda e contribuição social. 2.2.13. **Resultado por ação - básico/diluído:** O cálculo do lucro básico por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação. O cálculo do lucro diluído por ação foi baseado no lucro líquido atribuído aos detentores de ações ordinárias e na média ponderada de ações ordinárias em circulação após os ajustes para todas as potenciais ações ordinárias diluídas. 2.3. **Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2021:** A Companhia e suas subsidiárias avaliaram os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"). As novas normas contábeis ou aquelas alteradas que passaram a vigorar para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2021 estão evidenciadas a seguir: a) Alterações ao CPC 06 (R2) - Arrendamentos | IFRS 16 - Leases: O CPC 06 (R2) equivalente à norma internacional de contabilidade, IFRS 16, foi alterado com o objetivo de determinar os procedimentos e critérios contábeis para o devido registro de benefícios concedidos aos arrendatários pelos arrendadores através de alterações de contratos de arrendamentos em decorrência da pandemia de Covid-19. (i) A alteração em questão permite a utilização de um expediente prático para a contabilização de alterações contratuais temporárias em decorrência da Covid-19, que devem, obrigatoriamente, atender a todas as características descritas a seguir; (ii) A alteração nos pagamentos do arrendamento resulta em uma contraprestação revista para o arrendamento que é substancialmente igual ou inferior à contraprestação para o arrendamento imediatamente anterior à alteração; (iii) Qualquer redução nos pagamentos de arrendamento afeta apenas os pagamentos originalmente devidos em ou antes de 30 de junho de 2021; e (iv) Não há alteração substancial de outros termos e condições do contrato de arrendamento. A revisão do CPC 06 (R2), bem como a aplicação do expediente prático não resultaram em alterações materiais para a política contábil sobre contratos de arrendamento atualmente utilizada pela Companhia e suas subsidiárias. b) Alterações aos CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48 - Instrumentos financeiros, reconhecimento e mensuração: evidenciando instrumentos financeiros | IFRS 07 - Financial Instruments: Disclosures e 09 - Financial Instruments: Os pronunciamentos contábeis supracitados foram alterados em virtude da recente reforma realizada sobre as taxas interbancárias oferecidas (IBORs), tais como as referências de juros, como por exemplo, LIBOR, EU-RIBOR e TIBOR. Dessa forma, o IASB emitiu a reforma da taxa de juros de referência que resultou na alteração das IFRS 07 e IFRS 09. Tais alterações modificam, principalmente, as exigências específicas de contabilização de hedge para permitir a manutenção da contabilização destes instrumentos de proteção durante o período de incerteza gerado pela reforma da taxa de juros de referência. A Companhia possui transações sujeitas a taxa variável vinculada à LIBOR e designou operação de hedge de fluxo de caixa de juros e variação cambial substituindo o risco atrelado à LIBOR por indexador de juros nacional e de acordo com as políticas de riscos do Grupo Enel no Brasil, vide nota explicativa nº 22 - Debêntures, empréstimos e financiamentos. Tal designação permite a manutenção da contabilização de hedge mesmo que haja incerteza sobre a reforma da taxa de juros referencial, essa assertiva é ainda corroborada pelo vencimento e maturação das operações de hedge. 2.4. **Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes:** As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão dessas demonstrações financeiras, foram avaliadas. Se aplicável aos negócios da Companhia e suas subsidiárias, os pronunciamentos novos ou alterados serão adotados assim que sua adoção entrar em vigor.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após	
		31/12/2021	31/12/2020
CPC 27 - Imobilizado	Prover guidance para a contabilização de transações que envolvem venda de itens produzidos antes do ativo estar disponível para uso - recursos antes do uso pretendido	1º de janeiro de 2022	-
Melhorias anuais às IFRS	Alterações às IFRS 01, IFRS 09, IFRS 16 e IAS 41	1º de janeiro de 2022	-
CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos contingentes	Contra termos onerosos - custo de cumprimento do contrato	1º de janeiro de 2022	-
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis	Requisitos para classificação de passivo circulante e não circulante	1º de janeiro de 2023	-
CPC 50 - Contratos de seguro	Adoção inicial	1º de janeiro de 2023	-
CPC 32 - Tributos sobre o Lucro	Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação	1º de janeiro de 2023	-

ENEL BRASIL S.A.

Pronunciamentos novos ou alterados	Natureza da alteração	Vigente para períodos anuais iniciados em ou após
CPC 26 (R1) - Apresentação das Demonstrações contábeis e CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover mais orientações sobre materialidade, julgamentos e alterações nas divulgações de políticas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro	Prover guidance sobre distinção entre políticas contábeis e estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
CPC 36 (R3) - Demonstrações Consolidadas e CPC 16 (R2) - Venda ou Contribuição de Ativos entre Investidor e sua Coligada ou Joint Venture	Prover guidance para situações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre investidor e suas coligadas.	Ainda não determinado pelo IASB e CFC

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas: A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis e o exercício de julgamento por parte da Administração. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. O Grupo adota premissas derivadas de sua experiência e outros fatores que entende como razoáveis e relevantes nas circunstâncias. As premissas adotadas são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios. Contudo, deve ser considerado que há uma incerteza inerente relativa a determinação dessas premissas e estimativas, o que poderá levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do referido ativo ou passivo em períodos futuros na medida em que novas informações estejam disponíveis. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fontes objetivos e subjetivos, com base no julgamento da Administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Áreas consideradas significativas, que estão sujeitas a julgamentos e estimativas incluem: receita de distribuição não faturada, arrendamentos, instrumentos financeiros, perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, perda por redução ao valor recuperável de ativos, não financeiros, ativo indenizável, intangível, imposto de renda e contribuição social diferidos, provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais e benefícios pós-emprego. A liquidação das transações envolvendo estas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas, pelos meios, anualmente. As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outros importantes fontes de incerteza em estimativas na data do reporte, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo ao valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir: **Receita de distribuição não faturada:** O cálculo da renda não faturada, considera o montante médio diário (montante total faturado dividido pelo número de dias faturados) multiplicado pela quantidade de dias não faturados e pelo comportamento do consumo na rede de distribuição (carga na fronteira) no período não faturado em relação ao período faturado (%), vide nota explicativa nº 35 - Receita líquida. **Arrendamentos:** O Grupo não é capaz de determinar prontamente a taxa de juros implícita no arrendamento e, portanto, considera a sua taxa incremental sobre empréstimos para mensurar os ativos e passivos do arrendamento. A taxa incremental é a taxa de juros que o Grupo teria que pagar ao pedir empréstado, por prazo semelhante e com garantia semelhante, os recursos necessários para obter o ativo com valor similar ao ativo de direito de uso em ambiente econômico similar. Dessa forma, essa avaliação considera estimativas quando não há taxas observáveis disponíveis (como por exemplo, subsidiárias que não realizam operações de financiamento) ou quando elas precisam ser ajustadas para refletir os termos e condições de um arrendamento (por exemplo, quando os arrendamentos não estão na moeda funcional de uma subsidiária). O Grupo estima a taxa incremental usando dados observáveis (como taxas de juros de mercado), quando disponíveis, e considera, nesta estimativa, aspectos que são específicos do Grupo, como o *rating* de crédito da subsidiária. **Perda esperada para crédito de liquidação duvidosa ("PECLD")** As perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para todo período útil do ativo financeiro, ou seja, perdas de crédito que resultem de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada do instrumento financeiro. A Companhia utiliza a abordagem de mensuração através de uma matriz de perdas estimadas calculada com base na experiência real de perda de crédito nos últimos 5 (cinco) anos utilizando como base probabilidade de perda determinada individualmente e coletivamente. São considerados os históricos de forma segregada em faturamento regular, parcelamentos e faturas de fraude, por classe de consumo (residencial, rural, comercial, industrial, iluminação pública, serviço público e poder público). Os modelos utilizados atendem à abordagem geral e simplificada estabelecida pelo CPC 48, como a seguir: (i) individualmente, o Grupo determina a perda esperada para crédito de liquidação duvidosa para cada cliente, este modelo permite adoção de premissas específicas, como por exemplo, aplicação de garantias e determinação e mudança de risco de crédito individual, bem como análise dos processos judiciais e clientes relevantes com avaliação da probabilidade de perda e respectiva perda esperada. (ii) Coletivamente, o Grupo utiliza uma matriz de provisões para determinação da perda esperada para crédito de liquidação duvidosa, essa matriz é utilizada principalmente onde há uma quantidade relevante de clientes. Adicionalmente, a perda esperada é calculada separadamente para cada classe de consumo conforme informado anteriormente. Em ambos os modelos, o Grupo determina percentuais de perdas esperadas de crédito ("*Expected Credit Losses* - ECL") desde o reconhecimento inicial do ativo financeiro. Estes percentuais são determinados através da expectativa de perda e resultados possíveis, ou seja, a Probabilidade de Inadimplência ("*Probability of Default* - PD") e o percentual de perda realizada em decorrência da inadimplência ("*Loss given default* - LGD"), os percentuais de perda esperada de crédito, ora aplicados, aumentam à medida que os ativos financeiros envelhecem. A quantidade de perdas de crédito esperadas é sensível a mudanças nas circunstâncias e nas condições econômicas previstas. A experiência histórica de perda e crédito do Grupo e a previsão das condições econômicas também podem não representar o padrão real do cliente no futuro. **Instrumentos financeiros: Mensuração do valor justo:** Uma série de políticas e divulgações contábeis do Grupo requer a mensuração de valor justo para ativos e passivos financeiros de ativos financeiros. O Grupo revisa regularmente dados não observáveis e ajustes de avaliação. Se informação de terceiros, tais como cotações de corretoras ou serviços de preços, é utilizada para mensurar valor justo, analisa-se as evidências obtidas de terceiros para suportar a conclusão de que tais avaliações atendem os requisitos das normas contábeis, incluindo o nível na hierarquia do valor justo em que tais avaliações devem ser classificadas. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, o Grupo usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: - *Nível 1*: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - *Nível 2: inputs*, exceto os preços cotados incluídos no *Nível 1*, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - *Nível 3: inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). O Grupo reconhece as transferências entre níveis da hierarquia do valor justo no final do período das demonstrações financeiras em que ocorreram as mudanças. **Perda por redução ao valor recuperável de ativos não financeiros:** Uma perda por redução ao valor recuperável existe quando o valor contábil de um ativo ou unidade geradora de caixa excede o seu valor recuperável, o qual é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de vendas é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo. O cálculo do valor em uso é baseado no modelo de fluxo de caixa descontado. Os fluxos de caixa derivam do orçamento para os próximos cinco anos e não incluem atividades de reorganização com as quais o Grupo ainda não tenha se comprometido ou investimentos futuros significativos que melhoraram a base de ativos da unidade geradora de caixa objeto de teste. O valor recuperável é sensível à taxa de desconto utilizada no método de fluxo de caixa descontado, bem como os recebimentos de caixa futuros esperados e à taxa de crescimento utilizada para fins de extrapolação. **Ativo indenizável (concessão):** O ativo financeiro da concessão é mensurado em função da referida base de remuneração e leva em consideração as alterações no fluxo de caixa estimado, tomando por base principalmente os fatores como novo preço de reposição e atualização pelo IPCA. Cabe lembrar que o critério definido pela ANEEL atribui valor à infraestrutura do concessionário, sendo o valor do ativo financeiro uma representação da parcela dessa infraestrutura que não estará amortizado ao final do prazo da concessão. Portanto, esse ativo financeiro é intrinsecamente vinculado à infraestrutura, por sua vez, tem seus critérios de avaliação definidos pela ANEEL. Esses critérios podem ser modificados pela ANEEL. A Administração da Companhia considera bastante reduzido o risco de crédito do ativo financeiro da concessão, visto que o contrato firmado assegura o direito incondicional de receber caixa ao final da concessão, a ser pago pelo Poder Concedente. **GSF (Generation Scaling Factor):** Considerando a repactuação do risco hidrológico, a Administração exerceu seu julgamento no desenvolvimento e na aplicação de política contábil, conforme previsto no CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro, utilizando por analogia os preceitos do CPC 04 tendo em vista tratar-se em essência de um ativo intangível relacionado à direito de outorga por decorrente de compensação por custos incorridos em exercícios anteriores. Adicionalmente considerando-se também, por analogia, o parágrafo 44 do referido CPC 04, o ativo constituido pela repactuação do risco não hidrológico, foi reconhecido ao valor justo considerando a melhor estimativa tendo como base os parâmetros determinados pela regulamentação da ANEEL, considerando os fluxos futuros esperados nesse novo período de concessão, bem como os valores das compensações calculados pela Câmara de Comercialização de Energia - CCEE. O montante foi transformado pela Aneel em extensão do prazo da outorga. **Ativo fiscal diferido:** Ativo fiscal diferido é reconhecido para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haja lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos. Julgamento significativo do Grupo é requerido para determinar o valor do ativo fiscal diferido que pode ser reconhecido, com base no prazo provável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de planejamento fiscal futuras. A compensação dos prejuízos fiscais acumulados fica restrita ao limite de 30% do lucro tributável gerado em determinado exercício fiscal de uma parte do Grupo. Os ativos fiscais diferidos não prescrevem e não podem ser utilizados para fins de

7. Consumidores, concessionários e permissionários, líquidos:

	Consolidado						Total
	A vencer	Vencidos até 60 dias	Vencidos de 61 a 90 dias	Vencidos de 91 a 180 dias	Vencidos de 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	
Classes de consumidores:							
Residencial	1.368.341	1.254.922	167.442	384.746	652.907	2.005.101	5.833.459
Industrial	132.272	67.755	8.103	13.592	19.123	183.529	424.374
Comercial	563.225	210.948	24.588	58.172	84.137	365.772	1.306.842
Rural	142.183	86.927	9.844	22.893	34.159	111.858	407.864
Poder público	160.795	49.103	6.137	15.393	23.490	123.129	378.047
Iluminação pública	165.042	47.499	12.658	32.638	49.066	179.226	486.129
Serviço público	114.072	7.600	2.016	3.266	3.904	22.824	153.682
Fornecimento de energia faturado	2.645.930	1.724.754	230.788	530.700	866.786	2.991.439	8.990.397
Fornecimento de energia não faturado (a)	2.526.636	-	-	-	-	-	2.526.636
Parcelamento de débitos de consumidores	908.071	48.329	116.195	58.642	95.065	649.027	1.875.329
Compartilhamento - uso mútuo	20.618	29.047	6.211	20.990	41.019	33.264	111.149
Agente de cobrança da iluminação pública	22.782	-	3.370	2.668	2.408	59.953	102.492
Compensação de iluminação pública	-	(70.037)	-	-	-	-	(70.037)
Venda de Energia Excedente - MVE	48.649	6.787	-	-	-	-	55.436
Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE	520.025	-	-	41.041	-	19.425	580.491
Concessionárias e permissionárias	357.515	-	8.453	14.325	-	-	380.293
Consumidores livres	3.779	-	-	72	-	113	3.964
Outros	61.403	425	223.690	19.934	163	203	305.818
Subtotal	7.115.408	1.750.616	588.707	688.372	1.005.441	3.753.424	14.901.968
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(124.148)	(77.265)	(65.081)	(263.036)	(755.288)	(2.849.071)	(4.133.889)
Total Circulante	6.991.260	1.673.351	523.626	425.336	250.153	904.353	10.768.079
Não circulante	-	-	-	-	-	10.351.493	10.569.909
Total	-	-	-	-	-	-	416.586

(a) Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês. Para as controladas EGP's, o prazo médio de recebimento dos valores relativos às faturas de venda de energia é de aproximadamente 30 dias, contados a partir do primeiro dia do mês subsequente à venda. As transações de energia no mercado de curto prazo (MRE e SPOT) são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos e sua composição, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Residencial	(2.571.340)	(1.732.505)
Industrial	(153.909)	(199.907)
Comercial	(449.758)	(325.251)
Rural	(109.809)	(128.108)
Poder público	(35.427)	(41.493)
Iluminação pública	(53.315)	(64.281)
Serviço público	(22.231)	(19.566)
Parcelamento de débitos de consumidores	(534.708)	(435.660)
Outros	(203.392)	(113.531)
Total	(4.133.889)	(3.060.302)

A movimentação da provisão para perdas estimadas em créditos de liquidação duvidosa no exercício é como segue:

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
Saldos iniciais	(3.060.302)	(2.764.120)
Adições	(1.659.034)	(720.237)
Baixado para perdas (incobráveis)	495.447	416.185
Baixas (reversões)	-	7.870
Saldos finais	(4.133.889)	(3.060.302)

A Companhia, com o objetivo de melhor refletir a PECLD, avalia constantemente o ambiente econômico das regiões onde atua e revisa as estratégias de cobrança de débitos vencidos, conforme este momento. O ano de 2021 se mostrou desafiador no sentido de recuperar devidas mais antigas, acumuladas durante o primeiro ano da pandemia de COVID, o que acabou impactando a expectativa de perda, vide nota explicativa nº 1.2. A Companhia tem envidado todos os esforços necessários para recuperar esta dívida, fazendo campanhas de negociação, intensificando e ampliando os canais de negociação e focando as ações de cobrança em dívidas com maior potencial de recuperação. **8. Créditos a receber - subvenção CDE e outros descontos tarifários:** Representa o valor a ser repassado para a Companhia, para cobertura de descontos incidentes sobre as tarifas de energia de classes específicas de consumidores. Os recursos são oriundos da Conta de Desenvolvimento Energético ("CDE"), e são

compensação com lucro tributável em outra parte do Grupo. **Provisões para riscos tributários, cíveis, trabalhistas, regulatórios e ambientais:** O Grupo reconhece provisão para causas tributárias, cíveis, trabalhistas, regulatórias e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. **Benefícios pós-emprego:** O custo do plano de aposentadoria com benefícios definidos e de outros benefícios de assistência médica pós-emprego e o valor presente da obrigação de aposentadoria são determinados utilizando métodos de avaliação atuarial. A avaliação atuarial envolve o uso de premissas sobre as taxas de desconto, aumentos salariais futuros, taxas de mortalidade e aumentos futuros de benefícios de aposentadorias e pensões. A taxa de mortalidade se baseia em tábuas de mortalidade disponíveis no país. Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam nas taxas de inflação futuras esperadas para o país. A obrigação de benefício definido é altamente sensível a mudanças nessas premissas e que são revisadas a cada data-base. **3. Alterações na legislação brasileira e assuntos regulatórios:** a) **Revisão e reajuste tarifário: Enel Distribuição Rio:** A ANEEL, em reunião pública de sua Diretoria realizada em 9 de março de 2021, deliberou sobre o reajuste tarifário anual de 2021 aplicado nas tarifas a partir de 15 de março de 2021 aprovando um reaj

...continuação

que concedia o direito da Companhia em apropiar crédito outorgado de ICMS para compensação das contingências administrativas e judiciais cujos fatos geradores tenham ocorrido até 27 de janeiro de 2015. Como as alterações induzidas pelas referidas leis acima violam o edital de privatização e o contrato de compra e venda da CELG D, a Companhia ingressou imediatamente com medidas judiciais para invalidar os efeitos das leis anteriores em razão da inconstitucionalidade dos referidos dispositivos, que eliminam direitos adquiridos por meio de outras leis e de um contrato de compra e venda que o próprio Estado de Goiás assinou garantindo, em qualquer caso, o direito ao reembolso das obrigações que tivessem que ser pagas pelos novos controladores e cujos fatos geradores sejam anteriores a 27 de janeiro de 2015. Em 12 de junho de 2019, o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás concedeu a liminar em favor da Companhia desconsiderando as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, determinando, assim, o respeito ao contrato de compra e venda de ações e outras avenças da CELG Distribuição S/A - CELG D e garantindo o direito de serem ressarcidas dos passivos resultantes de decisões de autoridades administrativas para as quais não haja mais recurso, decisões judiciais transitadas em julgado e/ou acordos judiciais ou extrajudiciais homologados judicialmente de fatos gerados conforme regulamentado anteriormente. No dia 16 de setembro de 2019, foi indeferido o pedido liminar da Companhia, mantendo a revogação da Lei do Crédito de ICMS por entender que a questão é complexa e requer uma análise processual mais ampla, incompatível com uma análise preliminar no início do processo judicial. A Companhia apresentou recurso perante o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás. No dia 1 de outubro de 2019, durante julgamento do recurso interposto pelo Estado de Goiás, o Tribunal de Justiça revogou a liminar que havia desconsiderado as alterações promovidas pela Lei Estadual 20.416/19, a qual voltou a vigorar. Contra a decisão que revogou a liminar, a Companhia interps recurso, o qual aguarda julgamento pelo Superior Tribunal de Justiça, em Brasília. Em 12 de novembro de 2019 a Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica (ABRADEE) ingressou com Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) perante o Supremo Tribunal Federal requerendo a declaração de inconstitucionalidade da Lei 20.416/19, que alterou a Lei 17.555/12 (FUNAC), e também da Lei 20.468/19 que revogou a Lei Estadual nº 19.473/16 (créditos outorgados de ICMS). Em 03 de junho de 2020, o Supremo Tribunal Federal não admitiu a ação de inconstitucionalidade apresentada pela ABRADEE, por entender que não caberia ação de inconstitucionalidade para discutir leis que alcançariam apenas uma empresa, uma vez que esse tipo de ação é destinado a um controle abstrato da constitucionalidade das leis e não para situações concretas e específicas. Todavia, não houve nenhuma manifestação sobre o mérito das leis, apenas aspectos processuais. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADEE apresentou recurso, o qual ainda está aguardando julgamento pelo colegiado do Supremo Tribunal Federal. No dia 24 de junho de 2020, a ABRADEE apresentou recurso, o qual foi julgado em 22 de setembro de 2020 pelo Plenário do Supremo Tribunal Federal, que manteve a decisão anterior proferida. A Administração da Companhia conclui, com base nos princípios constitucionais do direito adquirido, inserto no artigo 5º, XXXVI da Constituição Federal, bem como no fato de que os atos garantidores desses direitos são considerados atos jurídicos perfeitos, protegidos pelo ordenamento jurídico brasileiro, e em razão das medidas judiciais em trâmite perante o Superior Tribunal de Justiça e Supremo Tribunal Federal, que os valores continuam recuperáveis e se tornarão líquidos a medida em que as obrigações associadas aos créditos sejam reembolsadas. O direito da Companhia, ademais, sustenta-se pelos contratos celebrados com a Administração Pública, tendo sido assumida, direta e inequivocamente, pelo Estado de Goiás a responsabilidade pelos termos e condições contratuais em relação ao FUNAC. Especificamente sobre o Crédito Outorgado de ICMS, importante salientar que o Código Tributário Nacional, bem como a Constituição Federal, prevêm a impossibilidade de revogação do benefício fiscal, considerando a forma e razão de sua outorga, sendo tal entendimento reforçado por Súmula 544 do Supremo Tribunal Federal, que se enquadra claramente a tese sustentada pela Companhia no processo judicial em andamento no Tribunal de Justiça do Estado de Goiás, e pela ABRADEE no Supremo Tribunal Federal, que, em resumo, impede a revogação do incentivo fiscal concedido mediante condições e a prazo certo. Adicionalmente, a Administração da Companhia está adotando todas medidas cabíveis para manter os direitos adquiridos na época da compra da Companhia garantidos pelo próprio Estado de Goiás conforme contrato de compra e venda firmado em 14 de fevereiro de 2017. Os montantes relacionados a processos que ainda estão ativos no judiciário são mantidos no longo prazo através da rubrica de Créditos Especiais, uma vez que os pagamentos oriundos de tais processos ainda não foram realizados. Dessa forma, assim que ocorrer o encerramento judicial dos processos e em caso de decisão desfavorável à controlada Enel Distribuição Goiás, serão adotados todos os procedimentos legais para que os valores pagos sejam ressarcidos à Companhia, seja através de ressarcimento via FUNAC ou apropriação de crédito outorgado de ICMS. A segregação entre curto e longo prazo dos referidos valores é feita baseada em expectativa de realização do crédito pela Companhia. Com base nas alterações realizadas às leis vigentes à época da aquisição, bem como as incertezas acerca das decisões que serão proferidas pelos juízes das comarcas e instâncias cujos recursos da Companhia foram realizados, a Administração mantém provisão para perda ao valor recuperável do FUNAC no montante total de R\$ 575.007 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 511.435 em 31 de dezembro de 2020) relacionada ao período compreendido entre abril de 2012 e janeiro de 2015, período para o qual a Companhia teve o direito de ressarcimento revogado pela alteração das Leis nº 17.555/12 e 19.473/16. O impacto da referida provisão no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R\$ 78.455 (R\$ 74.737 em 31 de dezembro de 2020) (nota explicativa 36). A provisão para perdas mencionada anteriormente gerou uma diferença tributária dedutível, logo, a Companhia mantém registrado o montante de R\$ 201.975 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 173.888 em 31 de dezembro de 2020) de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos sobre o total da perda contabilizada (nota explicativa 34).

10 - Tributos a compensar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Imposto de Renda e Contribuição Social (a)	271.760	192.237	916.232	656.958
Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (b)	-	-	999.999	741.889
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS)	1.160	160.948	129.695	-
Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) - ICMS (c)	-	-	13.208.084	8.279.880
INSS Patronal	-	-	2.545	4.355
Tributos sobre importação de serviços	-	5.251	-	5.251
Outros tributos	30.618	729	51.343	34.490
Total de tributos a compensar	303.538	198.217	15.339.151	9.931.319
Circulante	303.538	198.217	3.986.117	2.352.920
Não circulante	-	-	11.353.034	7.578.399

(a) O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte - IRRF sobre aplicações financeiras, retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96) e saldo do imposto de renda pagos antecipadamente. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo da contribuição social sobre o lucro líquido pagos antecipadamente, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96. (b) Referência, basicamente, aos créditos vinculados à aquisição de bens do ativo fixo (conforme conceito estabelecido na legislação fiscal), os quais estão sendo compensados mensalmente, contra o ICMS recolhidos de clientes à razão de 1/48 avos e a outros sobre o faturamento protocolados nas secretarias dos Estados aguardando autorização de compensação. (c) O Grupo constituiu ativo de PIS e COFINS a compensar com base em decisões favoráveis de ações judiciais transitadas em julgado entre dezembro de 2018 e março de 2020 em algumas subsidiárias e complementou após a decisão do STF de 13 de maio de 2021 nas demais que possuam o crédito reconhecendo o seu direito à exclusão do ICMS das bases de cálculo do PIS e da COFINS (vide nota nº 21 - PIS/COFINS a serem restituídos a consumidores). **11. Cauções e depósitos:**

Instituição	Tipo de aplicação	31/12/2021	31/12/2020
		Não circulante	Não circulante
Bradesco	CDB	-	13
BNB	CDB	33.768	14.940
BNB	Fundo Reserva FI RFF DI	6.420	-
Banco do Brasil	Título do Tesouro EUA	15.507	13.630
Citibank	Fundo Santander Cash Blue	56.816	-
Total		112.511	28.583

Em 31 de Dezembro de 2021, os saldos de cauções e depósitos registrados pela controlada Enel Distribuição Ceará e EGP's correspondem, basicamente, a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica e às retenções contratuais de fornecedores de serviços, além da garantia de contratos de financiamentos. Os valores em garantias são aplicados em fundos de investimento de renda fixa, CDBs e outros instrumentos financeiros de baixo risco. **12. Ativos e passivos financeiros setoriais:** O reconhecimento dos ativos e passivos financeiros setoriais tem a finalidade de neutralizar os impactos econômicos no resultado da Companhia, em função da diferença entre os itens não gerenciáveis, denominados de "Parcela A" ou outros componentes financeiros, e os efetivamente contemplados na tarifa, a cada reajuste/revisão tarifária. Essas diferenças entre o custo real e o custo considerado nos reajustes tarifários geram um direito à medida que o custo realizado for maior que o contemplado na tarifa, ou uma obrigação, quando os custos são inferiores aos contemplados na tarifa. As diferenças são consideradas pela ANEEL no reajuste tarifário subsequente, e passam a compor o índice de reajuste tarifário da Companhia. Os ativos e passivos financeiros setoriais são reconhecidos pela Companhia e suas controladas e são apresentadas como a seguir:

	Consolidado		Valores em		Valores em		
	31/12/2020	Adição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	
Ativo (passivo) regulatório líquido	31/12/2020	Adição	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2021	
Aquisição de Energia - (CVAenergia) (1)	(228.278)	4.637.224	(661.512)	(3.879.591)	133.026	1.194.387	1.195.259
Custo da Energia de Itaipu	891.363	1.044.556	-	-	23.305	(1.180.188)	779.036
Proinfa	4.019	50.462	(26.479)	-	999	6.906	35.908
Transporte Rede Básica	47.996	138.128	(43.128)	-	19.493	(9.354)	153.136
Transporte de Energia - Itaipu	14.734	30.211	(10.137)	-	3.594	524	38.926
ESS (2)	266.795	2.452.968	(108.168)	(453.206)	(13.524)	68.707	2.213.571
CDE	45.056	6.803	(88.157)	-	(10.812)	(25.830)	(72.740)
CVA	1.041.685	8.360.353	(937.580)	(4.332.797)	156.283	55.153	4.343.096
PIS/COFINS alíquota efetiva	-	-	-	-	-	-	-
Neutralidade da Parcela A	30.511	67.980	(65.606)	-	1.783	(12.587)	22.081
Sobrecontratação de Energia	11.914	4.740	113.818	(91.634)	(6.007)	(89.847)	(57.015)
Devoluções Tarifárias	(495.758)	(164.099)	165.150	-	(14.842)	-	(599.550)
Antecipação da parcela B	(127.794)	140.000	78.017	-	-	34.174	124.397
Risco hidrológico	(1.310.765)	(1.357.036)	1.297.933	-	(19.970)	13.477	(1.376.361)
Demais ativos e passivos setoriais	-	128.803	701.965	(71.031)	-	(63.825)	(73.242)
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.763.089)	(606.450)	1.518.280	(91.634)	(102.862)	(128.024)	(1.173.779)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	(721.404)	7.753.903	580.700	(4.424.431)	53.421	(72.871)	3.169.317
							836.655

1. Energia: O diferimento ativo dos custos de aquisição de energia deve-se principalmente pelo aumento do risco hidrológico, devido a menor geração das usinas hidroelétricas no período, maior acionamento térmico, aumento do PLD médio no período e da taxa média de câmbio de energia Itaipu, que no período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 5,38. 2. ESS (Encargo de Serviço do Sistema): O diferimento ativo de encargos dos serviços de sistema é devido ao maior despacho da geração fora da ordem de mérito no período, ocasionado pelo pior cenário hidrológico e baixo nível de armazenamento, compensado pela restituição do saldo excedente de EER (Encargo de Energia de Reserva) através do CONER (Conta de Energia de Reserva) devido ao aumento do PLD médio (Preço de Liquidação das Diferenças).

	Consolidado		Recebimento		Valores em		Valores em	
	31/12/2019	Adição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Ativo (passivo) regulatório líquido	31/12/2019	Adição	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	2.201.119	1.562.973	(1.579.367)	(2.714.907)	(540.276)	42.359	799.821	(228.278)
Custo da Energia de Itaipu	455.850	1.221.686	-	-	-	13.666	(799.821)	891.363
Proinfa	21.896	(68.107)	(11.775)	52.731	-	(626)	-	4.011
Transporte Rede Básica	172.422	291.035	(85.792)	(332.857)	-	3.188	-	47.996
Transporte de Energia - Itaipu	42.386	46.338	(19.968)	(54.837)	-	774	41	14.734
ESS	(779.761)	(206.171)	537.279	745.833	(14.419)	(15.925)	(41)	266.795
CDE	69.601	302.548	(173.080)	(155.087)	-	1.074	-	45.056
CVA	2.183.313	3.160.284	(1.332.703)	(2.459.124)	(554.695)	44.610	-	1.041.685
PIS/COFINS alíquota efetiva	22.179	-	-	-	-	-	(22.179)	-
Neutralidade da Parcela A	(44.157)	270.499	2.951	(202.619)	-	3.838	(1)	30.511
Sobrecontratação de Energia	(303.668)	309.482	368.947	(323.310)	(28.528)	(1.130)	(9.879)	11.914
Devoluções Tarifárias	(561.427)	(239.716)	160.776	-	-	(5.129)	149.738	(495.758)
Antecipação da parcela B	(948.259)	(1.284.801)	941.128	-	(114)	(127.794)	-	(127.794)
Risco hidrológico	399.426	248.718	(370.388)	(59.289)	-	(18.833)	(1.310.765)	(650.748)
Demais ativos e passivos setoriais	-	-	-	-	-	32.921	(122.559)	128.803
Demais passivos regulatórios (Líquidos)	(1.435.906)	(695.818)	1.103.414	(712.898)	(28.528)	11.553	(4.906)	(1.763.089)
Total ativo (passivo) regulatório líquido	747.407	2.464.466	(229.289)	(3.172.022)	(583.223)	56.163	(4.906)	721.404

Abaixo a composição dos itens de ativos e passivos regulatórios:

	Consolidado		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020	31/12/2020
Ativo (passivo) regulatórios						
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	1.382.636	(126.597)	1.256.039	89.070	(149.850)	(60.780)
Custo da Energia de Itaipu	389.518	-	389.518	389.518	-	389.518
Proinfa	35.682	-	35.682	226	-	226
Transporte Rede Básica	113.669	(3.012)	110.657	43.414	(935)	42.479
Transporte de Energia - Itaipu	29.340	(398)	28.942	9.984	-	9.984
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	1.235.727	-	1.235.727	977.844	-	977.844
Conta de desenvolvimento energético - CDE	46.119	(62.210)	(16.091)	-	(59.330)	(56.649)
CVA	3.232.691	(192.217)	3.040.474	1.512.737	(211.115)	1.302.622
Neutralidade da Parcela A	66.567	(44.617)	21.950	23.667	-	(23.536)
Sobrecontratação de Energia	137.955	(190.350)	(52.395)	36.835	(41.455)	(4.620)
Diferimento/devoluções Tarifárias	-	(376.930)	(376.930)	-	(132.620)	(132.620)
Antecipação da parcela B	70.000	(15.603)	54.397	70.000	-	70.000
Risco hidrológico	-	(1.057.478)	(1.057.478)	-	(318.883)	(318.883)
Outros	699.371	(328.996)	370.375	530.661	(278.366)	252.295
Demais passivos regulatórios	973.893	(2.013.974)	(1.040.081)	661.163	(794.860)	(133.697)
Total ativo (passivo) regulatório	4.206.584	(2.206.191)	2.000.393	2.173.900	(1.004.975)	1.168.925

	Consolidado		Circulante		Não Circulante	
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021
Ativo (passivo) regulatórios						
Aquisição de Energia - (CVAenergia)	397.098	(769.906)	(372.808)	295.305	(150.775)	144.530
Custo da Energia de Itaipu	470.057	(24.376)	445.681	470.557	(24.376)	445.681
Proinfa	11.146	(13.075)	(1.929)	6.252	(304)	5.948
Transporte Rede Básica	46.030	(20.496)	25.534	30.833	(8.371)	22.462
Transporte de Energia - Itaipu	11.097	(6.270)	4.827	10.179	(272)	9.907
Encargos do serviço do sistema - ESS/EER	209.954	(67.432)	142.522	124.273	-	124.273
Conta de desenvolvimento energético - CDE	79.981	(27.677)	52.304	7.289	(14.537)	(7.248)
CVA	1.225.363	(929.232)	296.311	944.188	(198.635)	745.553
Neutralidade da Parcela A	109.585	(44.279)	65.306	13.014	(47.809)	(34.795)
Sobrecontratação de Energia	108.967	(159.091)	(50.124)	106.570	(44.532)	62.038
Diferimento/devoluções Tarifárias	-	(153.677)	(153.677)	-	(342.081)	(342.081)
Antecipação da parcela B	-	(101.885)	(101.885)	-	(25.909)	(25.909)
Risco hidrológico	-	(991.991)	(991.991)	-	(318.774)	(318.774)
Outros	210.289	(72.429)	137.860	16.993	(26.049)	(9.056)
Demais passivos regulatórios	428.841	(1.523.352)	(1.094.511)	136.577	(805.154)	(668.577)
Total ativo (passivo) regulatório	1.654.204	(2.452.584)	(798.380)	1.080.765	(1.003.789)	76.976

13. Benefício fiscal das incorporadoras: Ágio de incorporação da controladora Controlada Enel Distribuição Ceará: O ágio oriundo da operação de incorporação de sua antiga controladora Distriluz Energia Elétrica S.A. está fundamentado nos resultados futuros durante o prazo de concessão e vem sendo amortizado no prazo compreendido entre a data da incorporação (27 de setembro de 1999) até 31 de dezembro de 2027, em proporções mensais a sua rentabilidade projetada. Conforme instrução normativa CVM nº 319, de 3 de dezembro de

ENEL BRASIL S.A.

...continuação

Consolidado												
31/12/2021												31/12/2020
Vida útil/Tempo remanescente de contrato (anos)	Custo Histórico	Incorporação	Reclassificação	Adição	Depreciação	Remuneração	Baixa	Transfêrencia	Valor líquido	Valor líquido		
Em serviço												
Terrenos	12.275	14.001	(3.211)	-	-	-	-	-	23.065	12.275		
Reservatórios	50	243.095	932.604	-	-	-	-	818	1.176.517	243.095		
Edificações	31	258.208	3.267.793	23.770	-	-	(70.107)	106.190	3.585.881	258.208		
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	30	-	3.190.644	-	-	-	(5.839)	2.675	3.187.480	-		
Máquinas e Equipamentos	16	4.914.646	5.342.402	(91.779)	35.204	-	46.601	(27.277)	159.278	10.460.090	4.914.646	
Veículos	7	10.870	1.786	3.098	2.031	-	-	-	-	17.785	10.870	
Móveis e Utensílios	16	200.552	1.816	(58.318)	905	-	11	(2.288)	(607)	142.074	200.552	
		6.539.646	12.751.046	(126.440)	38.140	-	46.612	(105.511)	268.354	18.592.892	5.639.646	
Depreciação acumulada em serviço												
Reservatórios	(187.255)	(58.223)	-	-	(6.109)	-	-	-	(251.587)	(187.255)		
Edificações	(197.157)	(244.542)	(12.616)	-	(23.359)	-	9.266	-	(468.408)	(197.157)		
Instalações técnicas/mecânicas - Solar	-	(268.888)	-	-	(18.204)	-	85	-	(287.007)	-		
Máquinas e Equipamentos	(3.828.495)	(714.657)	66.842	-	(195.172)	(53.073)	9.679	69.360	(4.645.516)	(3.828.495)		
Veículos	(6.816)	(2.514)	(2.969)	-	(3.956)	-	25	-	(15.830)	(6.816)		
Móveis e Utensílios	(136.516)	(3.816)	31.844	-	(7.908)	(11)	4.875	719	(110.813)	(136.516)		
		(4.356.239)	(1.292.640)	83.501	(254.708)	(53.084)	23.930	70.079	(5.779.161)	(4.356.239)		
Em curso												
Terrenos	5.982	-	(3.510)	2.284	-	-	-	-	4.756	5.982		
Edificações	18.150	(2.220)	(4.820)	21.745	-	-	(3.237)	(19)	30.509	18.150		
Máquinas e Equipamentos	291.576	(3.470)	38.059	95.666	-	-	(10.676)	(72.104)	339.071	291.576		
Veículos	3.634	(21)	6.686	444	-	-	(2)	(26)	10.715	3.634		
Móveis e Utensílios	13.906	6.293.887	(349)	1.030.940	-	-	-	-	7.000.020	13.906		
Compras em andamento	-	-	-	16.888	-	-	55	-	16.943	-		
		333.248	6.288.176	36.066	1.167.987	-	55	(13.005)	(410.513)	7.402.014	333.248	
Arrendamento - IFRS 16												
Terrenos	3	7.644	-	(3)	-	(1.877)	-	-	5.764	7.644		
Edificações	2	110.904	(17.914)	477	3.498	(42.336)	105.590	-	160.119	110.904		
Ativos de tecnologia	15	12.630	(2)	-	-	(10.255)	-	-	2.373	12.630		
Veículos	2	92.689	-	-	83.476	(38.001)	29.251	-	167.415	92.689		
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	322.289	-		
		223.867	129.868	474	261.479	(92.569)	134.841	-	657.960	223.867		
Outros												
Provisão para perda por redução do valor recuperável	-	(12.279)	-	-	-	-	-	-	(12.279)	-		
Total do imobilizado		1.840.522	17.864.171	(6.399)	1.465.544	(347.277)	128.424	(94.559)	20.861.426	1.840.522		

O ativo imobilizado do Grupo Enel é composto, substancialmente, pelos saldos das controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Goiás, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A, EGP Cachoeira Dourada e Enel CIEN, conforme características abaixo de cada uma das controladas. **Controlada Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A. - CGTF:** O prazo de autorização da controlada CGTF para explorar as atividades que estão descritas em seu estatuto e de trinta anos, conforme citado no artigo 5º da resolução ANEEL 433 de 19 de outubro de 2001. Conforme estabelecido na resolução citada, o prazo de autorização poderá ser prorrogado a critério da ANEEL e a pedido da autorização. Os bens que compõem o ativo imobilizado da controlada CGTF não estão caracterizados como bens reversíveis, motivo pelo qual não reverterem à União no final do período de autorização. **Controlada EGP Cachoeira Dourada:** A Administração da Companhia entende que a controlada EGP Cachoeira Dourada sendo uma concessionária de serviço público de geração, ao término da concessão, os ativos não depreciados serão indenizados pelo montante mínimo ao valor residual contábil, por parte do órgão concedente, no caso desta não vir a ser renovada. De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização do órgão regulador. Conforme a segunda e terceira subcláusulas da cláusula décima primeira do Contrato de Concessão nº 11/1997, assinado pela controlada EGP Cachoeira Dourada e ANEEL em 12 de setembro de 1997, é estabelecido que no advento do termo final do Contrato de Concessão, os bens e as instalações vinculados à produção independente de energia elétrica nos aproveitamentos hidroelétricos, passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados e apurados pela ANEEL. **Repactuação do GSF – Generation Scaling Factor:** O mercado brasileiro de curto prazo está com problemas de liquidez desde 2015, ano em que diversas linhas na justiça foram concedidas aos geradores hidráulicos por assumirem riscos não hidrológicos. Isso porque o despacho técnico realizado fora da ordem do mérito de custo, a importação de energia sem garantia física e o impacto das usinas estruturantes (usinas de Belo Monte, Jirau e Santo Antônio) deslocaram sua geração e as expuseram ao mercado no curto prazo devido a fatores não gerenciáveis não relacionados ao risco hidrológico. Dessa forma, as linhas isentam os geradores hidráulicos de pagar suas dívidas no mercado de curto prazo, valor que hoje chega a R\$ 8,5 bilhões e representa cerca de 61% do valor contabilizado total do mercado. Em 9 de setembro de 2020 foi publicada a Lei 14.052/2020, que alterou a Lei 13.203/2015, para permitir a renegociação e repactuação do risco hidrológico, firmado judicialmente desde 2015, para as usinas que comercializam energia no ACL. Por meio de consulta pública realizada pela ANEEL, em 1º de dezembro, foi aprovada a Resolução Normativa nº 895, que prevê a compensação dos efeitos decorrentes de (i) restrições ao fluxo de energia devido ao atraso na implantação das instalações de transmissão de energia elétrica destinado ao fluxo de energia das plantas estruturantes; (ii) diferença entre a garantia física concedida na fase de comissionamento e os valores efetivos de agregação de cada unidade geradora das grandes concessões hidrelétricas; (iii) geração térmica fora da ordem de mérito; e (iv) importação de energia elétrica. A regulamentação incorporou pleitos dos agentes de geração, como a aplicação da taxa de desconto no cálculo das extensões da outorga da concessão; o reconhecimento do direito das usinas em regime de cotas, enquadradas na Lei nº 12.783, de 2013; e a consideração dos impactos decorrentes da caducidade das concessões da Abengoa e da Isolux no escoamento da geração da UHE Belo Monte. Interessada na repactuação, a Administração da Companhia, em Reunião do Conselho de Administração realizado em 7 de dezembro de 2020, aprovou a adesão da controlada EGP Cachoeira Dourada aos termos da Lei 14.052/2020, que estabelece novas condições para a repactuação do risco hidrológico, dentre elas o comprometimento de não instaurar ações judiciais. Segundo o que foi estabelecido na Resolução Normativa nº 895/2020, a ANEEL, por meio da Resolução Homologatória nº 2.919, de 12 de agosto de 2021, homologou o prazo de 782 dias de extensão da outorga e o montante de R\$316.711, o qual está sendo compensado por meio do prazo de extensão da outorga. Como a controlada EGP Cachoeira Dourada havia apurado e registrado no exercício findo de 2020, o montante de R\$312.474, o efeito no exercício de 2021 foi somente do complemento, no montante de R\$ 4.237. Adicionalmente as pendências de liquidação no âmbito da CCEE foram solucionadas, e os saldos a receber de R\$115.203 e a pagar de R\$ 607.644, foram liquidados. **Controlada Enel CIEN:** De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser desmembrados, vendidos ou cedidos sem a prévia e expressa autorização da ANEEL. O resultado esperado para operação da controlada CIEN até o fim da outorga de Garabi e II, bem como a indenização estimada que seria paga pelo Poder concedente ao término destas outorgas caso não sejam renovadas, excedem o valor contábil dos ativos registrados, não demonstrando qualquer indicativo de perda do valor recuperável ("impairment") dos ativos imobilizados. Em caso de renovação das concessões, também não foi observado qualquer indicativo de perda do valor recuperável. **Distribuidoras:** As distribuidoras controladas pela companhia possuem em 31 de dezembro de 2021 os seguintes saldos: Enel Distribuição Rio R\$ 106.659 (R\$101.701 em 31/12/2020), Enel Distribuição Goiás R\$ 94.016 (R\$ 88.695 em 31/12/2020), Enel Distribuição Ceará R\$ 80.146 (R\$ 43.564 em 31/12/2020) e Enel Distribuição São Paulo e R\$ 263.349 (R\$ 178.965 em 31/12/2020), que se referem em máquinas e equipamentos e veículos, substancialmente. Os imobilizados das controladas estão registrados ao custo de aquisição ou construção deduzido de depreciação acumulada, calculada pelo método linear, em linha com as taxas definidas pela ANEEL. **Incorporação:** Conforme mencionado na nota explicativa 1.3.2 a companhia em 04 de novembro de 2021 aprovou a incorporação da EGP Brasil participações Ltda, em decorrência da incorporação a companhia teve um aumento de seus ativos imobilizados de R\$ 694.074. **Intangível:** A movimentação dos saldos do intangível está demonstrada a seguir:

Controladora						
Em serviço			Em curso			
Custo	Amortização acumulada	Valor líquido	Custo	Valor líquido	Total	
		(335.730)	102.209	54.498	156.707	
Adições	-	-	-	4.700	4.700	
Amortização do ágio	-	(19.196)	(19.196)	-	(19.196)	
Transfêrencia	24.797	-	24.797	(24.788)	9	
Saldo em 31 de dezembro de 2020	462.736	(354.926)	107.810	34.410	142.220	
Incorporação de saldos	212.002	(179.750)	32.252	781.236	813.488	
Adições	-	(3.890)	(3.890)	266.192	262.302	
Baixas	-	(2.104)	-	(2.104)	-	
Amortização do ágio	-	(15.591)	(15.591)	-	(15.591)	
Transfêrencia	-	(4.620)	(4.620)	(362.583)	(367.203)	
		(558.777)	113.857	719.255	833.112	
Saldo em 31 de dezembro de 2021	672.634	(558.777)	113.857	719.255	833.112	

Consolidado						
Em serviço			Em curso			
Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Obrigações especiais	Valor líquido	Total
38.430.330	(14.306.457)	(2.662.821)	21.461.052	85.672	-	21.546.724
Adições	3.630	-	3.630	332.372	-	336.002
Baixas	(283.825)	-	(283.825)	-	-	(283.825)
Amortização	-	(1.950.912)	(1.950.912)	-	-	(1.950.912)
Transfêrencias	31.771	-	31.771	(31.762)	-	9
Transfêrencia de ativos contratuais (regulatório)	2.207.101	(61.897)	2.145.204	-	-	2.145.204
Reclassificação do imobilizado	1.186	-	1.186	-	-	1.186
Reclassificação	-	-	-	-	-	-
Saldo em 31 de dezembro de 2020	40.390.193	(16.059.174)	(2.604.814)	21.726.205	386.282	22.112.487
Incorporação de saldos	186.122	1.815	187.937	1.234.054	-	1,421,991
Adições	11.932	(43.290)	8.500	(22.858)	289.245	266.387
Baixas	(368.181)	319.669	(48.512)	(1)	(1)	(48.513)
Amortização	299	(2.026.058)	122.501	(1,903,258)	-	(1,903,258)
Transfêrencias	595.829	3.804	-	599.633	(451,561)	148,072
Transfêrencias entre ativo imobilizado	-	-	-	(19,830)	-	(19,830)
Transfêrencia de ativos contratuais (regulatório)	2.528.926	-	2.528.926	-	-	2,528,926
Transfêrencias ativo indenizável	12.404	(19,134)	1,788	(4,942)	-	(4,942)
Reclassificação do imobilizado	-	-	-	-	-	-
Reclassificação	10.519	(12,926)	-	(2,407)	(362,584)	(364,991)
Saldo em 31 de dezembro de 2021	43.348.213	(17,835,294)	(2,472,025)	23,040,894	1,095,435	24,136,329

(*) O valor residual de cada bem que ultrapassa o prazo de vencimento da concessão está alocado como ativo indenizável (concessão) nos moldes da Lei nº 12.783. Vide nota 16.

Consolidado						
31/12/2021			31/12/2020			
Custo	Amortização acumulada	Obrigações especiais	Valor líquido	Valor líquido	Total	
29.843.858	(15.657.251)	(1.523.156)	12.663.451	11.100.483		
Direito de uso da concessão	1.655.194	(1.196.953)	458.241	540.199		
Software	22.245	(20.583)	1.662	1.906		
Bens de Renda	-	-	-	-		
USP	-	-	-	-		
Aquisição de novos projetos	-	-	-	-		
Bifurcação indenizável	-	-	-	-		
Ágio aquisição Enel Distribuição Goiás	3.949.030	(587.653)	3.361.377	3.502.414		
Intangível reflexo (a)	4.417.551	-	4.417.551	4.442.591		
Goodwill Enel Distribuição São Paulo	2.138.612	-	2.138.612	2.138.612		
	42.026.490	(17.462.440)	(1.523.156)	23.040.894	21.726.205	
Em curso						
Direito de uso da concessão	26.094	-	26.094	4.166		
Software	743.903	-	743.903	69.642		
Direito de implantação e aquisição de novos projetos	-	-	-	-		
Extensão de Concessão GSF (b)	325.438	-	325.438	312.474		
	1.095.435	-	1.095.435	386.282		
	43.121.925	(17.462.440)	(1.523.156)	24.136.329	22.112.487	

(a) Em 31 de dezembro de 2019 o saldo do intangível reflexo oriundo da incorporação realizada pela controlada Enel Distribuição São Paulo é de R\$ 4.516.996, este intangível foi incorporado de forma reflexa pela Controladora à época da incorporação, sendo o montante total reconhecido de R\$ 4.269.756, que após incorporação, tal montante foi acrescido de R\$ 284.218 relacionado à compra dos acionistas minoritários e deduzido por R\$ 15.981 referente à amortização dos meses posteriores a incorporação. (b) Refere-se a gastos incorridos com GSF que serão recuperados por meio da extensão do prazo de concessão de acordo com a adesão pela Companhia aos termos da Lei Federal nº 14.052/2020, a Cachoeira Dourada apurou o montante R\$ 312.474 a ser compensado por meio de prazo de concessão, cujos impactos contábeis, em 31 de dezembro de 2021, são a recuperação de custos com energia elétrica e o reconhecimento de ativo intangível no mesmo montante. O ativo intangível constituído foi amortizado a partir de 2021 pelo prazo da concessão estendido. **Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica:** Obrigações especiais representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e participação financeira dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno em favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição. Em conformidade com o ofício nº 1.314/2007- SFF/ ANEEL, de 27 de junho de 2007, a companhia registra mensalmente a amortização dos saldos de obrigações especiais, tal registro ocorre nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo. As obrigações vinculadas à concessão estão sendo amortizadas, a partir do 2º ciclo de revisão tarifária, às mesmas taxas de amortização dos bens que compõem a infraestrutura de cada empresa distribuidora, usando-se a taxa de 4,10%, 3,84%, 3,78% e 3,82% a.a. nas controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição Goiás e Enel Distribuição São Paulo, respectivamente. Ao final da concessão, o valor residual das obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica será deduzido do ativo financeiro (indenização). **Ágio por expectativa de rentabilidade futura:** O ágio apurado na aquisição da Enel Distribuição São Paulo em 2018 é alocado ao investimento da Enel Brasil na própria Enel Distribuição São Paulo (unidade geradora de caixa) para fins de teste de impairment. O valor recuperável da unidade geradora de caixa ("UGC") foi determinado com base no valor em uso. A metodologia aplicada para determinar o valor em uso da UGC é o Fluxo de Caixa Descontado. O conceito base dessa metodologia é estimar o valor do negócio com base no seu fluxo de caixa futuro descontado por uma taxa que reflita o risco do fluxo. O valor em uso no modelo foi determinado por: (i) Fluxos de caixa projetados até 2023 com base no orçamento e descontados a valor presente pelo Custo Médio Ponderado de Capitais da Companhia ("WACC"); e (ii) Valor residual apurado com base na perpetuação do fluxo no último ano de projeção, descontado a valor presente pelo WACC diminuído da expectativa de crescimento na perpetuidade. **19. Ativos contratuais:** Os ativos da infraestrutura relacionados ao contrato de concessão estão segregados entre ativo de contrato (infraestrutura em construção), ativo financeiro (indenizável) e ativo intangível. Esta segregação ocorre para distinguir o compromisso de remuneração garantido pelo poder concedente e o compromisso de remuneração pelos consumidores pelo uso da infraestrutura do serviço público.

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

Empresa	Debêntures	Consolidado		Garantias	31/12/2021		31/12/2020	
		Moeda	Taxa de juros nominal		Ano de vencimento	31/12/2021	31/12/2020	
Enel Distribuição Rio	10ª emissão - 1ª série	R\$	108% CDI	2024	Sem garantias	-	1.005.987	-
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2022	Sem garantias	175.790	350.410	-
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,95%	2023	Sem garantias	40.185	40.049	-
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,50%	2023	Sem garantias	357.819	352.456	-
Enel Distribuição Ceará	05ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,0013%	2024	Sem garantias	187.364	189.107	-
Enel Distribuição Ceará	06ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 6,20%	2025	Sem garantias	331.870	299.529	-
Enel Distribuição Ceará	07ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,50%	2024	Sem garantias	369.241	333.221	-
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 1ª série	R\$	108,25% CDI	2021	Sem garantias	-	708.334	-
Enel Distribuição São Paulo	23ª emissão - 2ª série	R\$	111% CDI	2023	Sem garantias	1.428.913	1.404.655	-
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 1ª série	R\$	CDI + 0,80%	2025	Sem garantias	708.150	702.385	-
Enel Distribuição São Paulo	24ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 4,0134%	2026	Sem garantias	908.082	932.579	-
Enel Distribuição São Paulo	DEBÊNTURES - 25ª EMISSÃO	R\$	IPCA + 4,26%	2031	Sem garantias	756.575	-	-
Enel Distribuição São Paulo	DEBÊNTURES - 26ª EMISSÃO	R\$	CDI + 1,64%	2028	Sem garantias	587.622	-	-
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 1ª série	R\$	CDI + 0,97%	2022	Sem garantias	10.197	-	-
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 2ª série	R\$	CDI + 0,97%	2022	Sem garantias	10.197	-	-
Enel Distribuição São Paulo	7ª emissão de Notas Promissórias - 3ª série	R\$	CDI + 0,97%	2023	Sem garantias	311.013	-	-
EGP Volta Grande	01ª emissão - 1ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	488.325	495.947	-
EGP Volta Grande	01ª emissão - 2ª série	R\$	IPCA + 3,70%	2029	Sem garantias	264.392	268.519	-
Enel Green Power Damascena Eólica	33.3.0030934-9	R\$	IPCA + 7,62%	2029	Fiança bancária	10.283	-	-
Enel Green Power Maniçoba Eólica	33.3.0030925-0	R\$	IPCA + 7,62%	2028	Fiança bancária	9.911	-	-
(-) custos da transação						(72.364)	(57.492)	-
Total debêntures						6.882.873	7.005.686	
Total Empréstimos e Financiamentos e Debêntures						16.847.418	11.189.133	
Total passivo circulante						2.847.024	3.774.004	
Total passivo não circulante						14.000.394	7.415.129	

As controladas Enel Distribuição Rio, Enel Distribuição Ceará, Enel Distribuição São Paulo, Volta Grande e as plantas geradoras do Grupo estão sujeitas à manutenção dos seguintes índices financeiros, calculados trimestralmente, com base em suas informações trimestrais, os quais foram atingidos em 31 de dezembro de 2021:

Contratos	Descrição da cláusula restritiva	Índice requerido	Periodicidade de Apreciação dos Índices	Entidade
Empréstimos e financiamentos:				
BNDES	Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	3,50	Anual	Enel Distribuição Ceará
BNDES	Endividamento financeiro líquido / Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido (máximo)	3,00	Anual	Enel Distribuição Ceará
Eletrobrás	Divida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Ceará
Scotiabank, BNP e Sumitomo 4131	Divida financeira líquida / LAJIDA (máximo)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES 2012 e 2013	Endividamento bancário líquido (iii) / (PL + Endividamento bancário líquido) (máximo)	0,60	Anual	Enel Distribuição Rio
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Cabeça de Boi
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Fazenda
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Delfina A
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu I
BNDES	ICSD - Geração de Caixa (vi) / Serviço da Dívida (vii)	Mínimo 1,20	Anual	Enel Green Power Morro do Chapéu II
Santander Madrid / Bank of China	Divida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Proparco	Divida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Solar
Santander Madrid / Bank of China	Divida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Proparco	Divida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Norte Solar
Santander Madrid / Bank of China	Divida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	2,33	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Proparco	Divida Financeira (v) / Patrimônio Líquido	1,13	Anual	Enel Green Power Ituverava Sul Solar
Debêntures:				
1ª série - 05ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
2ª série - 05ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
1ª série - 06ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
2ª série - 06ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
1ª série - 07ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
2ª série - 07ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Ceará
1ª série - 10ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição Rio
2ª série - 23ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
1ª série - 24ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
2ª série - 24ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (ajustado) (iv)	3,50	Trimestral	Enel Distribuição São Paulo
1ª série - 1ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	EGP Volta Grande
2ª série - 1ª emissão	Divida financeira líquida (i) / LAJIDA (máximo) (ii)	4,00	Trimestral	EGP Volta Grande

(i) Dívida financeira líquida considera o endividamento total reduzindo o valor de caixa e equivalentes de caixa. (ii) LAJIDA (máximo) para fins de cálculo dessa obrigação significa Lucro antes do resultado financeiro, impostos, depreciação, amortização, provisões para contingências e para devedores duvidosos e baixas de títulos incobráveis (últimos 12 meses). (iii) Endividamento bancário líquido é o Endividamento bancário total, reduzido pelo valor de caixa e equivalentes de caixa. (iv) LAJIDA (ajustado) significa a soma dos últimos 12 (doze) meses: (i) Lucro antes do resultado financeiro; (ii) depreciação e amortização; (iii) despesas com uma entidade de previdência privada classificada na conta "Custo Operacional"; ajustes de ativos e despesas regulatórios (positivos e negativos no resultado), desde que não incluídas no resultado operacional acima; (iv) provisões para contingências; (v) provisões para devedores duvidosos; (vi) baixas de valores mobiliários incobráveis; e (viii) impairment de ativos e direitos; (v) Dívida Financeira para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a: (a) qualquer Endividamento Financeiro decorrente de qualquer Documento Financeiro; (b) Endividamento Financeiro decorrente de uma transação de câmbio para entrega à vista ou a termo celebrado com vistas à proteção contra flutuação nas taxas de câmbio no caso de exposição cambial no curso normal dos negócios do Mutuário, mas não em uma transação de câmbio para investimento ou fins especulativos; (c) Endividamento Financeiro permitido pela cláusula 19.16 (Transações da Tesouraria); (d) qualquer Endividamento Financeiro incorrido com o consentimento dos credores majoritários acima do limite estabelecido no último parágrafo acima. Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD): (vi) Geração de caixa para fins de cálculo dessa obrigação refere-se a (+) EBITDA do ano de referência, conforme item (iii); (-) imposto de renda e CS apurados no exercício, líquidos de diferimentos; (vii) Serviço da dívida refere-se ao somatório da (a) amortização do principal e pagamento de juros realizados referentes ao subcrédito social A durante o exercício social; (b) amortização de principal e juros do crédito junto aos devedores; (c) Para as controladas Enel Green Power Cabeça de Boi, Enel Green Power fazenda e Enel Green Power Salto Apiaçás o contrato de empréstimo do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES exige manter durante toda a vigência do contrato, o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) no ano de referência de no mínimo 1,20. Para o exercício de 2021, o BNDES autorizou a suspensão da obrigação do atingimento do ICSD mínimo. Movimentações dos empréstimos, financiamentos e debêntures:

	Empréstimos e financiamentos		Debêntures	
	Consolidado	31/12/2020	Consolidado	31/12/2020
Empréstimos e financiamentos				
Saldos iniciais	4.183.447	5.079.730	7.005.686	7.521.817
Saldo de incorporação grupo EGP Brasil	4.623.379	-	21.364	-
Empréstimos e financiamentos obtidos	4.717.954	2.036.905	1.620.000	-
Custo de transação	-	-	(29.859)	-
Variação monetária	65.880	20.029	309.303	106.089
Variação cambial	344.058	909.361	355.422	266.716
Encargos financeiros provisionados	179.590	207.890	(140.691)	82.608
Ativado a valor de mercado	(11.937)	-	15.106	13.248
Amortização do custo de transação	6.477	7.082	(302.328)	(302.338)
Encargos financeiros pagos	(175.049)	(213.886)	(1.971.140)	(682.454)
Amortização de principal	(3.962.394)	(3.863.664)	(1.971.140)	(682.454)
Saldos finais	9.964.545	4.183.447	6.882.873	7.005.686

23. Obrigações por arrendamentos: Em 18 de dezembro de 2019, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) emitiu o ofício circular CVM/SNC/SEP/ nº 02/2019, contendo informações acerca dos seguintes assuntos: (i) Aspectos Conceituais do CPC 06 (R2); (ii) Taxa Incremental de Empréstimos - IBR; (iii) PIS e COFINS a recuperar - Tratamento Contábil; (iv) PIS e COFINS embutidos no Passivo de Arrendamento - Tratamento Contábil; e (v) Evidenciação - Nota Explicativa. A Companhia avaliou os assuntos abordados no ofício em questão, e concluiu que: (i) as políticas contábeis acerca do tratamento contábil de contratos de arrendamentos estão em consonância àquilo que é requerido pelo CPC 06 (R2), a taxa incremental de empréstimos - IBR é determinada com informações prontamente observáveis e ajustadas à realidade da Companhia, os fluxos projetados não consideram efeitos inflacionários; e (ii) a Companhia não apresenta obrigações de arrendamentos líquidos de PIS e COFINS, adicionalmente, os créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica. Em atendimento ao ofício, o quadro abaixo proporciona os inputs mínimos necessários para que os efeitos inflacionários sejam adicionados à informação divulgada. Os saldos em 31 de dezembro de 2021 das obrigações por arrendamentos são demonstrados como segue:

IFRS 16	31/12/2021	Controladora		Tipo de amortização	Encargos financeiros
		Valor Nominal	Vencimento		
Obrigações por arrendamento:					
Terrenos	2.172	3.537	04/12/2048	16,19	Mensal de 6,18% a a até 13,93% a a
Imóveis	52.087	87.587	06/11/2030	2,52	Mensal de 4,19% a a até 15,92% a a
Veículos e outros meios de transporte	2.908	3.376	26/11/2024	2,92	Mensal
Total	57.167	94.500			
Circulante	5.984	14.320			
Não circulante	51.183	80.180			

	Consolidado		Tipo de amortização	Encargos financeiros
	31/12/2021	31/12/2020		
Obrigações por arrendamento:				
Terrenos	257.210	420.987	30/11/2053	26,88 Mensal de 5,37% a a até 18,72% a a
Imóveis	260.507	320.931	05/12/2031	2,32 Mensal de 0,00% a a até 15,92% a a
Veículos (outros transportes)	165.909	193.464	01/02/2027	3,20 Mensal de 0,00% a a até 11,73% a a
Equipamentos de TI	3.284	3.696	31/05/2022	0,42 Mensal de 4,65% a a até 9,45% a a
Outros	67	68	30/07/2022	0,58 Mensal de 6,50% a a até 11,44% a a
Total	686.977	939.145		
Circulante	130.299	190.514		
Não circulante	556.678	748.631		

A curva de amortização das obrigações por arrendamentos do passivo não circulante se apresenta da seguinte forma:

2021	Controladora					
	31/12/2021		31/12/2020			
	Principal	Juros	Principal	Juros	Total	Total
2021	12.845	(7.620)	5.225	-	-	115
2022	12.647	(6.789)	5.858	-	-	-
2023	11.658	(5.903)	5.755	-	-	-
2024	43.030	(8.685)	34.345	-	-	-
2025 em diante	80.180	(28.997)	51.183	115	-	115

2021	Consolidado					
	31/12/2021		31/12/2020			
	Principal	Juros	Principal	Juros	Total	Total
2021	130.155	(49.102)	81.053	48.141	(11.456)	36.685
2022	99.308	(42.710)	56.598	39.438	(8.429)	31.009
2023	90.991	(38.439)	52.553	38.601	(5.461)	33.140
2024	428.172	(61.698)	366.474	40.816	(2.374)	38.442
2025 em diante	748.626	(191.949)	556.678	229.768	(43.290)	186.478

A seguir é demonstrada a movimentação das obrigações por arrendamentos:

	Controladora		Consolidado	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Saldo em 31 de dezembro de 2020	185	115	81.560	198.478
Incorporação EGP	1.769	2.007	21.483	-
Adições	-	54.831	-	418.281
Renursamentação	-	-	-	(22.452)
Amortizações	(2.500)	-	(147.788)	-
Transferências	5.770	(5.770)	140.006	(140.005)
Encargos provisionados	740	-	35.038	-
Saldo em 31 de dezembro de 2021	5.984	51.183	130.299	556.678

O montante que está apresentado na linha de renursamentação foram provenientes de: (i) a atualização dos valores de pagamentos futuros estabelecidos em cláusulas contratuais; (ii) alterações nos fluxos de pagamentos futuros decorrentes de correção monetária, utilizando-se índices pré-determinados em contrato; e (iii) atualização das taxas de desconto utilizando-se das premissas já estabelecidas para os contratos de arrendamento financeiro regidos pelo CPC 06 (R2). 24. Objetivos e políticas para gestão de risco financeiro: Considerações gerais: A Companhia segue as diretrizes do Sistema de Controle de Gestão de Risco (SCGR) definido no nível da Holding (Enel Spa), que estabelece as diretrizes para a gestão de risco por meio das respectivas normas, procedimentos, sistemas, etc., que serão aplicadas nos diferentes níveis da Empresa, nos processos de identificação, análise, avaliação, tratamento e comunicação dos riscos que o negócio enfrenta continuamente. Estes são aprovados pelo Conselho de Administração da Enel Spa, que abriga um Comitê de Controle e Riscos, que apoia a avaliação e decisões do Conselho com relação aos controles internos e sistema de gestão de risco, bem como aquelas relacionadas à aprovação de relatórios financeiros periódicos afirmações. Para isso, existe uma política específica de Controle e Gestão de Riscos dentro de cada Empresa, que é revisada e aprovada no início de cada ano pelo Conselho de Administração, observando e aplicando os requisitos locais em termos de cultura de risco. Cabe destacar que, a Política de Controle e Gestão de Riscos complementada outras políticas específicas que são estabelecidas em relação a determinados riscos, funções corporativas ou negócios do grupo, e que incluem limites e indicadores que são posteriormente monitorados, são elas: Política de Gestão de Garantias, Política Controle de Risco de Commodities, Política de Controle de Risco de Crédito e Contraparte, Política de Controle de Risco Financeiro e Política de Cobertura (Taxa de Câmbio e Taxa de Juros). A Companhia busca proteção para todos os riscos que possam afetar seus objetivos, utilizando 6 macro categorias de riscos: Financeiros; Estratégicos; Governança e Cultura; tecnologia Digital, Compliance, Operacional, e 37 subcategorias de riscos para identificar, avaliar, tratar e monitorar seus riscos. O sistema está sujeito a testes periódicos e verificações, levando em consideração a evolução das operações corporativas e a situação em questão, assim como as melhores práticas. (i) Estrutura de gerenciamento de riscos: A estrutura organizacional de gerenciamento de risco do Grupo Enel conta com um Comitê Global de Gestão e Controle de Riscos e um Comitê Regional de Gestão e Controle de Riscos para a América Latina, que tem as seguintes funções: aprovar as políticas de risco propostas pela área de Controle de Risco Holding; aprovar os limites de exposição propostos; autorizar a quebra de limites; definir estratégias de risco mediante a identificação de planos de ação e instrumentos para mitigar riscos e supervisão geral sobre a gestão e controle de riscos. O sistema de gestão de risco do Grupo Enel considera três linhas de defesa para obter uma gestão eficaz e eficiente de gestão e controle de riscos, onde as Unidades de Negócios e Controles Internos são a primeira linha de defesa, a área de Gestão de Riscos, atuando como segunda linha de defesa e, finalmente, a Auditoria Interna atuando como terceira linha de defesa. Cada uma dessas três "linhas" desempenha um papel diferente dentro da estrutura de governança mais ampla da organização e tem a obrigação de informar e manter a alta administração e os Diretores atualizados sobre a gestão de riscos, sendo que a Alta Administração é informada pela primeira e segunda linhas de defesa e o Conselho de Administração (Diretores) por sua vez pela segunda e terceiras linhas de defesa. A área de gestão de riscos possui a Certificação

Internacional ISO 31000:2018 (G31000) e atua de acordo com as diretrizes vigentes desta norma internacional para gerenciar os riscos das empresas, onde o principal objetivo é identificar riscos (endógenos e exógenos) de forma preventiva, analisar, avaliar de forma a quantificar a probabilidade e o impacto, dentro da fase de avaliação de riscos, bem como o tratamento deles, através da definição de ações de mitigação com seus respectivos planos de ação em conjunto com as áreas e Risk Owners como responsáveis pelos diferentes riscos, atuando em conjunto com a área de gestão de riscos com objetivo de garantir as boas práticas de governança corporativa e assegurar a continuidade do negócio. Dentro de cada empresa do grupo, o processo de gestão de riscos é descentralizado. Cada gestor responsável pelo processo operacional no qual o risco se origina também é responsável pelo tratamento e adoção de medidas de controle e mitigação de riscos. **Estatísticas de risco:** a) Risco de taxa de câmbio: Esse risco decorre da possibilidade de o Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos, financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado, importação de energia e importação de equipamentos para a construção dos parques geradores. Os passivos em moeda estrangeira são monitorados e seguem as políticas e procedimentos internos do Grupo Enel e estão substancialmente protegidos por instrumentos de hedge cambial. b) Risco de encargos de dívida: Este risco é oriundo da possibilidade de o Grupo Enel vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, como por exemplo, indicadores de inflação, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. Para minimizar esse risco o Grupo prioriza

ENEL BRASIL S.A.

Controlada	Contraparte	Data do contrato	Data do vencimento	Posição	Valor da curva	Valor justo (contábil)	Diferença	Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
											Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF Itaú Unibanco S.A.	22/10/2021	22/04/2022	5,908 USD x BRL	4.902	4.902	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(32.372)	(39.539)	(7.167)	(46.549)	(14.177)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF Bradesco	21/10/2021	22/04/2022	5,854 USD x BRL	3.580	3.580	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(84.732)	(97.457)	(12.725)	(109.974)	(25.242)
Central Geradora Termelétrica Fortaleza S.A.	NDF Itaú	18/10/2021	01/04/2022	5,686 USD x BRL	187	187	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PA	83.882	96.644	12.762	109.198	25.316
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Itaú	03/11/2021	07/01/2022	5,6515 USD x BRL	(732)	(732)	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo (swap) - PP	(85.118)	(103.552)	(18.434)	(121.580)	(36.462)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Itaú	04/11/2021	12/01/2022	5,6945 USD x BRL	(280)	(280)	-	Enel Distribuição São Paulo	Scottiabank III 4131	(35.026)	(106.311)	(71.285)	(165.548)	(130.522)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	05/11/2021	12/01/2022	5,6634 USD x BRL	(114)	(114)	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	35.592	108.030	72.438	168.224	132.632
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Itaú	05/11/2021	07/01/2022	5,6425 USD x BRL	(735)	(735)	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(38.856)	(46.790)	(7.934)	(64.550)	(15.694)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	08/11/2021	07/01/2022	5,6429 USD x BRL	(334)	(334)	-	Enel Distribuição São Paulo	MUFV 4131	(22.860)	(72.197)	(49.337)	(113.195)	(90.335)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF BNP	08/11/2021	12/01/2022	5,6465 USD x BRL	(92)	(92)	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	21.384	67.537	46.153	105.888	84.504
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	08/11/2021	07/01/2022	5,6263 USD x BRL	(1.073)	(1.073)	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(22.913)	(27.729)	(4.816)	(32.440)	(9.527)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF BNP	10/11/2021	12/01/2022	5,5315 USD x BRL	102	102	-	Enel Distribuição São Paulo	Scottiabank IV 4131	(47.373)	(145.852)	(98.479)	(227.686)	(180.313)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	09/11/2021	12/01/2022	5,5705 USD x BRL	106	106	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PA	47.607	146.571	98.964	228.809	181.202
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	09/11/2021	07/01/2022	5,5605 USD x BRL	317	317	-	Enel Distribuição São Paulo	Derivativo - PP	(49.807)	(60.180)	(10.373)	(70.325)	(20.518)
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	10/11/2021	12/01/2022	5,5687 USD x BRL	41	41	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	10/11/2021	07/01/2022	5,5595 USD x BRL	389	389	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	12/11/2021	12/01/2022	5,5308 USD x BRL	102	102	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	16/11/2021	12/01/2022	5,5557 USD x BRL	61	61	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	12/11/2021	07/01/2022	5,47 USD x BRL	1.593	1.593	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	12/11/2021	07/01/2022	5,527 USD x BRL	2.111	2.111	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	25/11/2021	12/01/2022	5,6218 USD x BRL	(49)	(49)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	30/11/2021	12/01/2022	5,6521 USD x BRL	(35)	(35)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	03/12/2021	12/01/2022	5,6998 USD x BRL	(306)	(306)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	03/12/2021	09/02/2022	5,7481 USD x BRL	(96)	(96)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	07/12/2021	14/02/2022	5,7396 USD x BRL	(57)	(57)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	06/12/2021	09/02/2022	5,7785 USD x BRL	(119)	(119)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	03/12/2021	14/02/2022	5,7535 USD x BRL	(33)	(33)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Citibank	09/12/2021	14/02/2022	5,6672 USD x BRL	(23)	(23)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	17/12/2021	09/02/2022	5,7509 USD x BRL	(266)	(266)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	17/12/2021	09/02/2022	5,7492 USD x BRL	(146)	(146)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	21/12/2021	09/02/2022	5,8011 USD x BRL	(56)	(56)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	22/12/2021	14/02/2022	5,7454 USD x BRL	(109)	(109)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	29/12/2021	14/02/2022	5,6937 USD x BRL	(76)	(76)	-							
Enel Green Power Cachoeira Dourada S.A.	NDF Bradesco	30/12/2021	14/02/2022	5,6325 USD x BRL	2	2	-							
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	28/12/2020	25/01/2022	USD 6,7106	(13.637)	(10.306)	(3.331)							
Enel Brasil S.A.	NDF SANTANDER_BR	28/12/2020	25/01/2022	USD 5,4405	7.202	6.017	1.185							
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	21/10/2021	25/01/2022	USD 5,8362	(1.817)	(2.249)	432							
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	21/10/2021	25/01/2022	USD 5,8362	(448)	(554)	106							
Enel Brasil S.A.	NDF ITAU_BR	23/11/2021	25/01/2022	USD 5,6817	(581)	(688)	107							
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	16/12/2021	25/01/2022	USD 5,7535	(5.285)	(5.103)	(182)							
Enel Brasil S.A.	NDF HSBC_BR	16/12/2021	25/01/2022	EUR 6,4937	(8.101)	(8.504)	403							
				Total	(13.950)	(12.625)	(1.280)							

A controlada Enel Trading possui alguns contratos de compra e venda de energia mantidos para negociação no mercado que são mensurados a uma curva de preço futuro de mercado (curva forward). O objetivo dessa operação é obter ganhos através da variação de preço no mercado e considera a política de risco do Grupo. Tais operações são transacionadas em mercado ativo e atendem a definição de instrumentos financeiros de acordos com as normas contábeis IFRS9/CP48. O valor justo dos derivativos é estimado com base na metodologia de nível 2, com utilização de cotações de preços publicadas em mercados ativos que considera: (i) preços estabelecidos nas operações de compra e venda recentes; (ii) margem de risco no fornecimento; e (iii) preço de mercado projetado no período de disponibilidade. A posição desses contratos em 31/12/2021 é conforme segue:

	31/12/2021	31/12/2020
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - positivo	18	2.793
Ajuste a valor justo dos contratos de energia - negativo	(1.291)	(742)
	(1.273)	2.051

Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros: Essas análises têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. A seguir a análise de sensibilidade estabelecida com o uso de cenários e projeções em relação a eventos futuros relativos ao comportamento do swap da Companhia.

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Distribuição Rio	BNP PARIBAS 4131 II	22.348	72.076	49.728	113.398	91.050
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(21.896)	(70.618)	(48.722)	(111.105)	(89.209)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	22.155	27.012	4.857	31.763	9.608
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 III	20.652	67.689	47.037	106.775	86.123
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(19.883)	(65.169)	(45.286)	(102.801)	(82.918)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	24.872	30.013	5.141	35.041	10.169
Enel Distribuição Rio	SCOTIABANK 4131 IV	12.380	40.577	28.197	64.008	51.628
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(11.905)	(39.020)	(27.115)	(61.552)	(49.647)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	14.872	17.946	3.074	20.953	6.081
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement III	19.815	92.175	73.220	134.065	109.842
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(19.810)	(92.502)	(72.692)	(152.207)	(133.097)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	37.220	44.883	7.663	52.377	15.157
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement IV	19.630	91.659	72.029	151.513	131.883
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(16.069)	(75.033)	(68.964)	(124.031)	(107.962)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	31.137	37.477	6.340	43.678	12.541
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement V	20.348	92.306	71.958	152.101	131.753
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(16.215)	(73.558)	(67.343)	(121.208)	(104.993)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	31.092	37.360	6.268	43.490	12.398
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VI	16.399	73.873	57.474	121.633	105.234
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(13.671)	(61.584)	(47.913)	(101.398)	(87.727)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	27.050	32.511	5.461	37.853	10.803
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VII	23.061	93.163	80.112	169.725	146.664
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(23.554)	(105.367)	(81.813)	(173.353)	(149.799)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	44.869	53.921	9.052	62.774	17.905
Enel Distribuição Rio	EFI - Credit Agreement VIII	60.066	289.104	229.038	479.430	419.364
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PA	(58.990)	(283.924)	(224.934)	(470.839)	(411.849)
Enel Distribuição Rio	Derivativo (swap) - PP	118.506	143.520	25.014	167.984	49.478
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131 III	42.913	142.307	99.394	224.900	181.987
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(42.767)	(141.824)	(99.577)	(224.137)	(181.370)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	46.766	57.010	10.244	67.028	20.262
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 II - COELCE	14.112	44.052	29.940	68.931	54.819
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(14.155)	(44.185)	(30.030)	(69.139)	(54.984)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	16.267	19.715	3.448	23.087	6.820
Enel Distribuição Ceará	BNP 4131 III - COELCE	1.047	8.474	7.427	14.648	13.599
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(1.037)	(8.394)	(7.357)	(14.507)	(13.470)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	3.361	4.114	753	4.852	1.491
Enel Distribuição Ceará	SCOTIABANK 4131	22.750	73.974	51.224	116.540	93.790
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(22.749)	(73.970)	(51.221)	(116.534)	(93.785)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	25.793	31.229	5.436	36.544	10.751

Controlada	Contrato	Provável	Cenário + 25%		Cenário + 50%	
			Cenário	Efeito líquido no resultado	Cenário	Efeito líquido no resultado
Enel Distribuição Ceará	Sumitomo 4131	29.984	93.677	63.693	146.605	116.621
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PA	(28.430)	(88.223)	(60.393)	(139.008)	(110.578)
Enel Distribuição Ceará	Derivativo (swap) - PP	31.500	38.212	6.712	44.776	13.276
Enel Distribuição Goiás	SCOTIABANK 4131	19.336	60.649	41.313	94.979	75.643
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(19.491)	(61.133)	(41.642)	(95.738)	(76.247)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	14.990	18.275	3.285	21.490	6.500
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement IV	14.138	66.016	51.878	109.126	94.988
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(13.000)	(60.703)	(47.703)	(100.342)	(87.342)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	24.626	29.687	5.061	34.637	10.011
Enel Distribuição Goiás	EFI - Credit Agreement V	8.149	36.968	28.819	60.915	52.766
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PA	(7.602)	(34.886)	(26.884)	(56.826)	(49.224)
Enel Distribuição Goiás	Derivativo (swap) - PP	14.698	17.665	2.967		

ENEL BRASIL S.A.

...continuação

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora								
			31/12/2021			31/12/2020					
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intan-gível			
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A. (antigua Egp Projetos 28)		Compartilhamento	390	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.		Compartilhamento	1.178	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 15 S.A.		Compartilhamento	8.046	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 17 S.A. (antiga EGP Projetos 31 S.A.)		Compartilhamento	6.562	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 6 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos 19 Sa)		Compartilhamento	15.375	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 01 S.A.		Compartilhamento	21.868	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 02 S.A.		Compartilhamento	10.091	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 03 S.A.		Compartilhamento	5.996	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 04 S.A.		Compartilhamento	9.101	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cumaru 05 S.A.		Compartilhamento	8.793	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER SÃO GONCALO 07 S.A. (antigua ENEL GREEN POWER PROJETOS 42 S.A.)		Compartilhamento	21.769	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 08 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos 43 S.A.)		Compartilhamento	16.264	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 11 S.A. (antigua Enel Green Power Projetos 44 S.A.)		Compartilhamento	15.181	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER SÃO GONCALO 12 S.A. (antigua ENEL GREEN POWER PROJETOS 22 S.A.)		Compartilhamento	12.932	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 08 S.A.		Compartilhamento	17.266	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 16 S.A. (antiga EGP Projetos 35 S.A.)		Compartilhamento	8.557	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 21 S.A. (antiga EGP Projetos 37 S.A.)		Compartilhamento	9.813	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 22 S.A. (antiga EGP Projetos 39 S.A.)		Compartilhamento	9.871	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 25 S.A. (antiga EGP Projetos XL S.A.)		Compartilhamento	5.062	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Esperanca 26 S.A. (antiga EGP Projetos 41 S.A.)		Compartilhamento	10.572	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12		Compartilhamento	291	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 13 S.A		Compartilhamento	5.555	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 16 S.A		Compartilhamento	240	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Acl 18 S.A.		Compartilhamento	224	-	-	-	-	-	-	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A		Compartilhamento	306	-	-	-	-	-	-	-	-
Primavera Energia S.A		Compartilhamento	1.196	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatiara Energia S.A		Compartilhamento	556	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 01 S.A.		Compartilhamento	19.601	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 02 S.A.		Compartilhamento	5.399	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 04 S.A.		Compartilhamento	5.443	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 08 S.A.		Compartilhamento	5.325	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 11 S.A.		Compartilhamento	5.350	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 16 S.A.		Compartilhamento	5.330	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 17 S.A.		Compartilhamento	5.326	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 18 S.A.		Compartilhamento	5.326	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 14		Compartilhamento	19.197	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 15		Compartilhamento	7.215	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 19 S.A		Compartilhamento	7.261	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 18 S.A		Compartilhamento	7.266	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 17 S.A		Compartilhamento	7.271	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		Compartilhamento	16.592	-	-	-	-	-	-	-	-
Socibe Energia S.A		Compartilhamento	508	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.		Compartilhamento	6.518	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 22 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 26 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 29 S.A.		Compartilhamento	2.444	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 13 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 19 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Cristal Eolica S.A		Compartilhamento	6.999	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Judas Eolica S.A		Compartilhamento	53	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			374.585				(7.381)				

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora							
			31/12/2021			31/12/2020				
			Ativo iculante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intan-gível		
Enel Green Power Primavera Eolica S.A		Compartilhamento	156	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 03 S.A.		Compartilhamento	4.844	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 05 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Emiliana Eolica S.A		Compartilhamento	1.030	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 07 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Joana Eolica S.A		Compartilhamento	1.008	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Pau Ferro Eolica S.A		Compartilhamento	1.145	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Pedra Do Geronimo Eolica S.A		Compartilhamento	1.105	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Tacaico Eolica S.A		Compartilhamento	681	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos de São Roque 06 S.A.		Compartilhamento	3.259	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo I Eolica S.A.		Compartilhamento	1.096	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Modelo II Eolica S.A.		Compartilhamento	1.017	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 04 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 03 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 08 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER CABEÇA DE BOI S.A.		Compartilhamento	1.069	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Dois Riachos Eolica S.A.		Compartilhamento	1.605	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Fazenda S.A		Compartilhamento	972	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Salto Apiacas S.A (ex Enel Green Power Damascena Eolica S.A.)		Compartilhamento	216	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 07 S.A.		Compartilhamento	9.384	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 06 S.A.		Compartilhamento	7.678	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Aroeira 05 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER AROEIRA 01 S.A.		Compartilhamento	11.380	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER AROEIRA 02 S.A.		Compartilhamento	8.531	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Damascena Eolica S.A.		Compartilhamento	3.051	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Esperanca Eolica S.A.		Compartilhamento	135	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Manicoba Eolica S.A.		Compartilhamento	3.002	-	-	-	-	-	-	-
Enel Solucoes Energeticas Ltda		Compartilhamento	2.316	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina A Eolica S.A.		Compartilhamento	41.084	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina B Eolica S.A.		Compartilhamento	1.005	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina C Eolica S.A.		Compartilhamento	4.291	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina D Eolica S.A.		Compartilhamento	1.076	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina E Eolica S.A.		Compartilhamento	1.076	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ituverava Norte Solar S.A		Compartilhamento	358	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER ITUVERAVA SUL SOLAR S.A.		Compartilhamento	1.447	-	-	-	-	-	-	-
ENEL GREEN POWER ITUVERAVA SOLAR S.A.		Compartilhamento	394	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Boa Vista Eolica S.A		Compartilhamento	1.092	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Do Chapeu I Eolica S.A.		Compartilhamento	24.310	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Morro Do Chapeu II Eolica S.A.		Compartilhamento	3.707	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Abraao Eolica S.A.		Compartilhamento	1.022	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Mourao S.A.		Compartilhamento	78	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Compartilhamento	5.601	-	-	-	-	-	-	-
Alba Energia Ltda.		Compartilhamento	1	-	-	-	-	-	-	-
CENTRAL GERADORA FOTOVOLTAICA BOM NOME LTDA		Compartilhamento	26	-	-	-	-	-	-	-
Parque Eólico Palmas Dos Ventos Ltda		Compartilhamento	68	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Boa Vista 01 Ltda.		Compartilhamento	430	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Zeus Sul 1 Ltda.		Compartilhamento	23	-	-	-	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		Compartilhamento	7.775	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela Energias Renovaveis S.A		Compartilhamento	2	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Desenvolvimento Ltda		Compartilhamento	8.072	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			208.260				(6.076)			

Empresas	Ref.	Natureza da operação	Controladora							
			31/12/2021			31/12/2020				
			Ativo iculante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intan-gível		
Ventos de São Roque Energias Renovaveis S.A.		Compartilhamento	1	-	-	-	-	-	-	-
Enel X S.r.l.		Compartilhamento	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel North America, Inc.		Prestação de serviço	2.635	-	-	-	-	(591)	-	-
Endesa Américas S/A		Prestação de serviço	6.183	-	654	-	-	(2.030)	-	-
Enerasis Chile		Prestação de serviço	1.730	-	2.514	-	-	-	114	-
Enel Green Power Chile SA		Prestação de serviço	-	-	13	-	-	-	4	-
Generadora Eolica Alto Pacora, S.A.		Prestação de serviço	-	-	8.988	-	-	-	540	-
Enel Global Thermal Generation S.r.l.		Prestação de serviço	-	-	1	-	-	-	-	-
Alvorada Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	3.651	-	-	-	-	-
Apiacas Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	1	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 4 S.A. (antigua Egp Projetos XIII)	(f)	Prestação de serviço	-	-	1	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 2 S.A. (antigua Egp Projetos XI)	(f)	Prestação de serviço	-	-	1	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 5 S.A. (antigua Egp Projetos XIV)	(f)	Prestação de serviço	-	-	1	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Goncalo 10 S.A. (antigua Egp Projetos XV)	(f)	Prestação de serviço	-	-	8	-	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda	(f)	Prestação de serviço	-	-	13	-	-	-	-	-
Isamu Ikeda Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	5.798	-	-	-	-	-
Primavera Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	8.823	-	-	-	-	-
Quatiara Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	1	-	-	-	-	-
Socibe Energia S.A		Prestação de serviço	-	-	7.034	-	-			

ENEL BRASIL S.A.

			Controladora													
Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2021			31/12/2020										
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível		
Enel Green Power Fontes dos Ventos 2 S.A.		Dividendos	306	-	-	-	-	-	-	715	-	-	-	-	-	
Socibe Energia S.A.		Dividendos	2.729	-	-	-	-	-	-	-	-	7.384	-	(3.497)	-	
Enel Green Power Fontes Dos Ventos 3 S.A.		Dividendos	302	-	-	-	-	-	-	-	-	14.766	-	(9.297)	-	
Enel Green Power Cristal Eolica S.A.		Dividendos	2.297	-	-	-	-	-	-	-	-	5.300	-	(130)	-	
Enel Green Power São Judas Eolica S.A.		Dividendos	6.641	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Primavera Eolica S.A.		Dividendos	6.291	-	-	-	-	-	-	-	-	3.872	-	(3.872)	-	
Enel Green Power Dois Riachos Eolica S.A.		Dividendos	7.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.760	-	
Enel Green Power Salto Apiaças S.A. (ex Enel Green Power Damascena Eolica S.A.)		Dividendos	1.435	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Damascena Eolica S.A.		Dividendos	483	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	24.473	-	
Enel Green Power Esperanca Eolica S.A.		Dividendos	3.917	-	-	-	-	-	-	-	-	808.357	1.169.257	(548.696)	-	
Enel Green Power Manicoba Eolica S.A.		Dividendos	970	-	-	-	-	-	-	-	1.316.368	-	-	51.550	-	
Enel Green Power Dellina A Eolica S.A.		Dividendos	2.599	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Enel Green Power Dellina C Eolica S.A.		Dividendos	2.999	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	
Sub-total Partes Relacionadas			229.069	-	-1.101.102	-	-	-	-	259.269	-	377.594	1.316.368	1.188.185	1.169.257	(451.900)

			Controladora												
Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2021			31/12/2020									
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	
Enel Green Power Morro Do Chapéu II Eolica S.A.		Dividendos	6.273	-	-	-	-	-	-	6.136	-	-	-	1.107	-
Enel Green Power Mourao S.A.		Dividendos	1.038	-	-	-	-	-	-	-	102.076	-	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Dividendos	7.130	-	-	-	-	-	-	2.169.370	-	-	-	22.370	-
Enel SPA		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6	-	-	-
ENEL Distribuição São Paulo - ELETROPAULO		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	74.141	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Rio		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	63.553	-	26.531	-	-	-	-	485	-	-	-	485	-
Enel Green Power Peru Sa (USD)		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	1.201	-	-	-	-	-	-	2.955	-	762	-	1.060	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	623	-	-	-	-	-	-	-	-	3.978	-	(498)	-
Enel X S.r.l.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	-
ENEL CIEN S.A.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	232	-	-	-	-	-	-	-	-	93	-	-	-
ENEL Distribuição Ceará		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	59.588	-	-	-	-	-	-	-	-	174	-	(389)	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	1.421	-	-	-	-	-	-	1.599	-	19	-	-	-
Enel Global Thermal Generation		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Electric Motor Werks, Inc.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	196	-	-	-	-	-	-	4.692	-	-	-	-	-
Emgesa SA ESP		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	1.026	-	-	-	-	(94)	-	77.651	-	1.007	-	-	-
EGP Cachoeira Dourada		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	2.204	-	-	-	-	-	-	79.371	-	870	-	-	-
Enel Green Power Costa Rica S.A.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	80.602	-	540	-	-	-
Enel Green Power SPA		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	69.492	-	196	-	-	-
Enel Global Infrastructure and Network		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	416	-	181	-
Enel Produzione SPA		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	960	-	-	-	-	(70)	-	-	-	-	-	-	-
Enel Trading		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	1.601	-	6	-	-	-
Energia Nueva Energia Limpia Mexico S de R.L. de C.V.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	608	-	207.464	-	(209.710)	-
Endesa Américas S/A		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	530.028	-	(21.915)	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Distribuição Goiás - CELG D		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	46.834	-	-	-	-	-	-	-	-	2.261	-	-	-
Enel Green Power North America, Inc.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	1.172	-	-	-	-	(93)	-	-	-	5.683	-	(171)	-
Enel Green Power Rsa (PTY) Ltd		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	530	-	-	-	-	-	-	-	-	195.931	-	(40.050)	-
Enel Green Power Chile SA		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.439	-	(3.671)	-
ENEL GREEN POWER HORIZONTE MP SOLAR S.A.		Compartilhamento das despesas de infraestrutura condominial e de informática e telecomunicações, pelo critério regulatório de rateio, nos termos do artigo 12 da Resolução ANEEL nº 699/2016. (*)	437	-	341	-	(113)	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Engenharia e Inovazione		Outros Prestação de Serviço	-	-	-	-	-	-	-	1.296	-	257.666	-	(118.899)	-
Avorada Energia S.A.		Mútuo	470	-	-	-	-	-	-	7.043	-	5	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A. (antiga Egp Projetos XIII)		Mútuo	811	-	-	-	-	-	-	2.986	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A. (antiga Egp Projetos XIV)		Mútuo	1.025	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A. (antiga Egp Projetos X)		Mútuo	590	-	-	-	-	-	-	249	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A. (antiga Egp Projetos XII)		Mútuo	840	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Quatiara Energia S.A.		Mútuo	617	-	-	-	-	-	-	-	-	761	-	(840)	-
Enel Green Power São Gonçalo 14		Mútuo	3.346	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 15		Mútuo	3.689	-	-	-	-	-	-	-	-	14.012	-	(11.040)	-
Enel Green Power São Gonçalo 19 S.A.		Mútuo	1.222	-	-	-	-	-	-	1.730	-	1.911	-	(323)	-
Enel Green Power São Gonçalo 18 S.A.		Mútuo	5.071	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power São Gonçalo 17 S.A.		Mútuo	1.724	-	-	-	-	-	-	-	-	24.937	-	-	-
Enel Green Power Paranapanema S.A.		Mútuo	8.153	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enelpower do Brasil Ltda		Mútuo	706	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL Geração Fortaleza - CGTF		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	1.540	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
ENEL CIEN S.A.		Manutenção de licenças dos sistemas Nostrum, Oracle, SAP e também serviços associados ao projeto de telemando LATAM	3.946	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Sub-total Partes Relacionadas			302.309	-	556.900	-	(22.285)	-	-	2.507.866	102.076	722.137	-	(360.383)	-
Total			6.395.778	-	-4.664.860	837.075	271.427	-	-	-2.885.460	1.418.444	1.910.322	1.169.257	(812.283)	-

			Consolidado												
Empresas	Ref.	Natureza da operação	31/12/2021			31/12/2020									
			Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	
Fundação Coelce de Seguridade Social - FAELCE	(a.1)	Fundo de pensão	-	-	1.338	62.615	(8.649)	-	-	-	-	1.530	320.466	(18.774)	1.480
Fundação Ampla de Seguridade Social - BRASILETROS	(a.2)	Fundo de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	568.521	(31.046)	-
FUNCESP	(a.3)	Fundo de pensão	-	-	6.569.132	176.045	(22.992)	-	-	-	-	6.586.820	568.521	(31.046)	-
FUNCESP	(a.4)	Mútuo	-	-	-	-	-	-	-	-	-	336.109	582.014	27.144	-
Endesa Américas S.A.	(d)	Mútuo	-	-	1.285.690	837.075	258.957	-	-	-	-	808.357	1.169.257	(548.696)	-
Enel Finance International N.V.	(g)	Mútuo	-	-	1.082.827	5.336.339	(255.446)	-	-	-	-	754	750.000	(754)	-
Enel Green Power SPA		Management Fee	-	-	-	-	-	-	-	-	-	14.766	-	(9.297)	-
Enel SPA		Management fee	-	-	3.582	-	36	-	-	-	-	3.619	-	(1.054)	-
Enel Global Thermal Generation		Management fee	-	-	3.935	-	(3.935)	-	-	-	-	7.384	-	(3.497)	-
Enel Produzione SPA		Management fee	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5.300	-	(130)	-
ENEL Finance International N.V.		Commitment Fee	-	-	1.132	-	4.192	-	-	-	-	3.872	-	(3.872)	-
Enel SPA		Guarantee fee	-	-	649.302	-	24.204	-	-	-	-	-	-	-	-
Endesa Américas S.A.		Dividendos	-	-	997.610	-	-	-	-	-	-	348.506	-	-	-
Enel Americas S.A.	(e)	Prestação de serviço	-	-	-	-	-	-	-	2.775	-	-	-	1.117	-
Enel North America, Inc.		Prestação de serviço	2.635	-	-	-	(591)	-	-	465	-	-	-	485	-
Endesa Américas S/A		Prestação de serviço	6.183	-	654	-	(2.030)	-	-	2.955	-	762	-	1.060	-
Energis Chile		Prestação de serviço	1.730	-	2.025	-	114	-	-	1.730	-	1.911	-	(323)	-
Chilectra Chile (Enel Distribuição Chile)		Prestação de serviço	-	-	3.779	-	(199)	-	-	-	-	3.978	-	(498)	-
Enel Global Infrastructure and Network	(b)	Prestação de serviço	976	-	311.144	-	14								

ENEL BRASIL S.A.

		Consolidado												
		31/12/2021					31/12/2020							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Enel Soluções S.A.		Outras contas a pagar	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Enel Green Power Delfina C	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	1.121	-	-	322	-	(5.149)	-
Enel Green Power Delfina D	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.256	-	-	2.615	-	(24.906)	-
Enel Green Power Delfina E	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	4.397	-	-	1.299	-	(22.192)	-
Enel Green Power Dois Riachos	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	6.772	-	-	171	-	(1.334)	-
ENEL Green Power Fazenda S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	588	-	-	898	-	(6.151)	-
Enel Green Power Mourão	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	680	-	(2.357)	-
Sub-total Partes Relacionadas			13.410	-	565.192	-	212.106	31.161	-	227.238	-	-	(717.006)	-

		Consolidado												
		31/12/2021					31/12/2020							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo cir- culante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intan- gível	Ativo cir- culante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intan- gível
Enel Green Power Parapanama	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	736	-	(7.350)	-
ENEL Green Power Salto Apiaçãs S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	981	-	-	713	-	(260)	-
Avorada Energia S.A		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	84	-	(699)	-
Quatiara Energia		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	271	-	(3.205)	-
ENEL Green Power Projetos I S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	3.642	-	(42.300)	-
Socibe Energia		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.233)	-
Enel Green Power Zeus II - Delfina 8 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	5.512	-	-	1.842	-	(24.726)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 1 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	937	-	-	4.071	-	(3.134)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 2 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	1.315	-	-	3.844	-	(2.529)	-
Enel Green Power Boa Vista Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	4.334	-	-	995	-	(24.553)	-
Enel Green Power Joana Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	4.463	-	-	484	-	(9.458)	-
Enel Green Power Modelo I Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	6.656	-	-	1.347	-	(16.730)	-
Enel Green Power Modelo II Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	4.897	-	-	902	-	(13.372)	-
Enel Green Power Emília Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	5.075	-	-	1.828	-	(12.453)	-
Enel Green Power Pau Ferro Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	6.798	-	-	1.062	-	(14.541)	-
Enel Green Power Pedra de Gerônimo Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	5.443	-	-	931	-	(18.226)	-
Enel Green Power Tacaolô Eólica	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	3.979	-	-	534	-	(8.218)	-
ENEL Green Power Cabeça de Boi S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	795	-	-	1.087	-	(6.698)	-
Enel Green Power Delfina B	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.479	-	-	1.299	-	(21.589)	-
Enel Green Power Morro do Chapéu I Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.837	-	-	1.282	-	(22.870)	-
Enel Green Power Morro do Chapéu II Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.433	-	-	1.431	-	(23.786)	-
Enel Green Power São Abraão Eólica S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	4.468	-	-	1.304	-	(23.627)	-
Enel Green Power São Gonçalo 1 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.960	-	(19.386)	-
Enel Green Power São Gonçalo 5 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(12.872)	-
Enel Green Power São Gonçalo 6 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	16.677	-	(10.604)	-
Enel Green Power São Gonçalo 7 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	10.054	-	(7.845)	-
Enel Green Power São Gonçalo 8 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	10.054	-	(7.738)	-
Enel Green Power São Gonçalo 10 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(18.342)	-
Enel Green Power São Gonçalo 11 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.541	-	(1.377)	-
Enel Green Power São Gonçalo 12 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.541	-	(735)	-
Enel Green Power São Gonçalo 21 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(19.807)	-
Enel Green Power São Gonçalo 22 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(19.658)	-
Enel Green Power São Gonçalo 2 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(21.928)	-
Enel Green Power São Gonçalo 3 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	1.960	-	(16.677)	-
Enel Green Power São Gonçalo 4 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.164	-	(18.145)	-
Isamaru Ikeda Energia S.A		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.939)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 3 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	1.247	-	-	3.966	-	(2.719)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 4 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	1.692	-	-	4.221	-	(4.323)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 5 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.290	-	-	3.812	-	(1.822)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 6 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.311	-	-	3.815	-	(1.504)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 7 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	517	-	-	3.032	-	(2.515)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 8 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	3.506	-	-	3.514	-	(7)	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 9 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	9.135	-	-	5.704	-	3.431	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 10 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	7.233	-	-	4.486	-	2.747	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 11 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	7.954	-	-	4.934	-	3.020	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 14 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	8.417	-	-	4.599	-	2.818	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 15 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	7.477	-	-	5.259	-	3.212	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 17 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	8.581	-	-	5.340	-	3.242	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 19 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	5.614	-	-	3.460	-	2.154	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 20 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	6.032	-	-	3.700	-	2.332	-
Sub-total partes relacionadas			140.448	-	163.128	-	469.250	-	-	-	-	-	(469.250)	-

		Consolidado												
		31/12/2021					31/12/2020							
Empresas	Ref.	Natureza da operação	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível	Ativo circulante	Ativo não circulante	Passivo circulante	Passivo não circulante	Receita (despesa)	Intangível
Enel Green Power Ventos De Santa Angela 21 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	5.405	-	-	3.310	-	2.095	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 12	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	1.963	-	-	1.141	-	822	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 13 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	1.936	-	-	1.125	-	811	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 16 S.A	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.145	-	-	1.247	-	898	-
Enel Green Power Ventos De Santa Angela ACL 18 S.A.	(f)	Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	2.010	-	-	1.169	-	842	-
Electric Motors		Compra/Venda de energia	-	-	-	-	-	-	-	-	2.647	-	-	-
Sub-total partes relacionadas			-	-	(6.570.470)	(238.660)	31.641	13.459	-	10.639	(888.987)	-	5.468	(1.480)
Total plano de pensão		Plano de pensão	-	-	-	-	-	-	-	-	(1.530)	-	(19.658)	-
Total			28.898	-	5.999.580	6.173.414	459.993	203.815	-	9.026.568	2.501.271	-	(1.914.931)	-

Empresa	Ref.	Empréstimos e financiamentos	Moeda	Taxa de juros	Ano de vencimento		Garantias	31/12/2021		31/12/2020	
					2021	2020		Ativo circulante	Passivo circulante	Ativo não circulante	Passivo não circulante
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement III	EUR	1,29%	2023	2023	Sem garantias	323.429	-	5.405	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	2023	Sem garantias	318.164	-	1.963	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	2024	Sem garantias	317.769	-	1.936	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,59%	2023	2023	Sem garantias	253.812	-	2.145	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement VII	EUS	1,65%	2024	2024	Sem garantias	353.721	-	2.010	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement VIII	EUS	1,06%	2022	2022	Sem garantias	1.011.897	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement IV	EUR	1,29%	2023	2023	Sem garantias	229.154	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement V	EUR	1,53%	2024	2024	Sem garantias	127.271	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement VI	EUR	1,53%	2024	2024	Sem garantias	142.105	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement VII	EUR	1,59%	2024	2024	Sem garantias	290.485	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement VIII	EUR	1,59%	2024	2024	Sem garantias	463.451	-	-	-
Enel Brasil	(d)	Enel Américas S/A-CELG I	USD	6,27%	2022	2022	Sem garantias	713.366	664.522	-	-
Enel Brasil	(d)	Enel Américas S/A - CELG II	USD	6,32%	2022	2022	Sem garantias	570.786	531.712	-	-
Enel Brasil	(d)	Enel Américas S/A	USD	4,33%	2023	2023	Sem garantias	838.623	781.360	-	-
Enel Distribuição São Paulo		Fundação CESP	R\$	IGP-DI + 5,22%	2028	2028	Fiança bancária	918.123	918.123	-	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,41%	2024	2024	Sem garantias	752.791	750.754	-	-
Enel Distribuição Rio	(g)	EFI - Credit Agreement II	R\$	CDI + 1,05%	2023	2023	Sem garantias	242.046	-	-	-
Enel Distribuição Ceará	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2025	2025	Sem garantias	515.237	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,29%	2023	2023	Sem garantias	618.086	-	-	-
Enel Distribuição Goiás	(g)	EFI - Credit Agreement	R\$	CDI + 1,18%	2023	20					

ENEL BRASIL S.A.

do *FGTS na aposentadoria*: A controlada Enel Distribuição Rio mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao Aviso Prévio do empregado, observado todo o contrato de trabalho, aqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. Terão direito ao benefício apenas os empregados que tenham adquirido o mínimo de 70% do tempo de serviço na controlada Enel Distribuição Rio. Controlada Enel Distribuição Ceará: A controlada Enel Distribuição Ceará é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação Colece de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Ceará têm as seguintes principais características: a) *Plano de Contribuição Definida (CD)*: A controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente na mesma proporção do participante. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". b) *Plano de Benefício Definido (BD)*: Tem o regime financeiro de capitalização para os benefícios de aposentadoria, pensão e auxílios. O custo do plano de benefícios é coberto por contribuições dos participantes e da patrocinadora. Para o Plano BD a controlada Enel Distribuição Ceará contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas da atividade previdenciária da referida entidade. Os benefícios do plano compreendem: • Complementação de aposentadoria por invalidez, tempo de contribuição, idade, aposentadoria especial, auxílio reclusão, pensão por morte e abono anual. c) *Plano de assistência médica*: O plano de saúde, administrado pela Unimed Fortaleza, é regido por contrato que prevê cláusula de reajuste periódico das contribuições ao plano em função da sinistralidade da controlada Enel Distribuição Ceará. O custo é determinado per capita com base em tabela, segregada em 10 faixas etárias, de acordo com o critério permitido pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS). O plano pode ser segregado em 3 grupos distintos e que compartilham a mesma apólice: • Ativos - o plano é extensivo aos empregados e seus dependentes. O custo cobrado pela administradora do plano é parcialmente coberto pela controlada Enel Distribuição Ceará, observada a proporção contributiva estipulada em função de faixa salarial atendida. Pelo fato de serem contributivos por empregado, geram benefício de permanência vitalícia após 10 anos de vínculo, conforme Lei nº 9.656/1998. • Aposentados Lei nº 9.656/1998 - grupo que exerceu o direito de permanência no plano, desde que mantido às próprias expensas, conforme Lei nº 9.656/1998. O custo é cobrado diretamente pela Unimed, administradora do plano, conforme as regras do plano; • Aposentados Especiais - grupo fechado de aposentados e seus dependentes, custeados parcialmente pela controlada Enel Distribuição Ceará (60%), decorrente de negociação, ratificada através de acordo coletivo. *d) Benefício de pagamento da multa do FGTS na aposentadoria*: Nos casos de aposentadoria em qualquer das categorias, havendo extinção do contrato de trabalho, fica assegurado ao empregado o recebimento da multa equivalente a 40% do saldo do FGTS para fins rescisórios nos termos dos Atos das Disposições Constitucionais Transitórias. Ao final do exercício de 2021, a Companhia procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. Atualmente os planos BD e CD apresentaram um superávit atuarial total de R\$ 132.583 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 76.267 em 31 de dezembro de 2020). Os planos de assistência médica e FGTS apresentaram um passivo total de R\$ 89.315 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 111.928 em 31 de dezembro de 2020) atestado por avaliação independente. Controlada Enel Distribuição Goiás: A controlada Enel Distribuição Goiás é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação CELG de Seguros e Previdência - ELETRA, entidade fechada de previdência privada complementar, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos. Os planos administrados pela controlada Enel Distribuição Goiás têm as seguintes principais características: a) *Definição dos tipos de benefícios*: A controlada Enel Distribuição Goiás, através da ELETRA, oferece aos seus empregados dois planos de benefícios, sendo o primeiro instituído originalmente na modalidade de Benefício Definido - BD (em fase de extinção) e outro, denominado Plano Misto de Benefícios, instituído a partir de setembro de 2000, na característica de Contribuição Definida - CD, durante o período de acumulação e de Benefício Definido na fase de pagamento. A controlada Enel Distribuição Goiás tem responsabilidade no plano original de Benefício Definido, pelos custos das variações atuariais respectivas, tanto na fase de acumulação quanto na fase de pagamento de benefícios. No Plano Misto, a responsabilidade da controlada Enel Distribuição Goiás, na fase de acumulação, é variável em função das quotas de recolhimentos dos associados, todavia limitada a um máximo de 20% das remunerações mensais. Na fase de pagamento, após a transferência da reserva acumulada em conta coletiva para o beneficiário da renda vitalícia, a controlada Enel Distribuição Goiás assume a responsabilidade apenas pela variação negativa das hipóteses de sobrevivência. b) *Cobertura do déficit técnico*: Para cobertura do déficit técnico relativo ao Plano de Benefício Definido, apurado até 31 de agosto de 2021, a controlada Enel Distribuição Goiás celebrou instrumento de consolidação e parcelamento de débitos, sendo o saldo a pagar registrado no exigível da controlada Enel Distribuição Goiás. c) *Descrição do plano de benefício definido*: Os benefícios deste plano, são concedidos a partir do SRB - Salário Real de Benefício, regulamentado e calculado com limites sobre a remuneração vigente do empregado na data da concessão e estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria. *d) Plano Misto de Benefícios*: O plano prevê a acumulação de reservas individualizadas, por recolhimento mensal de quotas pelos ativos e pela patrocinadora, com base compulsória de 2% sobre os salários, acrescidas de contribuições facultativas definidas pelos participantes em que a patrocinadora acompanha até o limite de 20% dos salários. Há ainda, contribuições extraordinárias do participante sem contrapartida da patrocinadora. O saldo de quotas acumulado na data de concessão do benefício é transformado em renda vitalícia. Os aportes patronais são mantidos em conta coletiva até a data da concessão, quando se transformam em nominativos aos beneficiários. Os benefícios do plano estão relacionados essencialmente à suplementação de aposentadoria. *e) Custo do Patrocinador*: Política adotada para reconhecimento de perdas e ganhos atuariais: De acordo com a divulgação dos resultados atuariais, efetuado por consultoria especializada, com base no CPC 33 (R1), o déficit atuarial apurado encontra-se suportado pelo contrato de confissão de dívidas firmado junto à ELETRA. *Plano de assistência saúde*: A controlada Enel Distribuição Goiás é uma das mantenedoras da caixa de assistência à saúde dos empregados da Enel Distribuição Goiás - Vivacom, fundada em 1986, que opera plano privado de assistência à saúde classificada como autogerido, conforme art. 4º c/c art. 12, II da RN nº 137/2006, registrado junto a Agência Nacional de Saúde Suplementar - ANS sob o número 361461, como plano coletivo empresarial. O Plano Básico de Assistência à Saúde dos Empregados da controlada Enel Distribuição Goiás, destina-se aos empregados ativos, inativos (aposentados) e pensionistas, bem como seus dependentes. De acordo com o laudo atuarial, o valor presente da obrigação de benefício definido, o custo do serviço corrente e custo do serviço passado, foram medidos utilizando o método de crédito unitário projetado. Controlada Enel Distribuição São Paulo: A controlada Enel Distribuição São Paulo patrocina planos de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão para seus empregados e ex-empregados e respectivos beneficiários. Está previsto em seu acordo coletivo o programa de incentivo à aposentadoria (PIA), cujo benefício é o pagamento da multa do FGTS na aposentadoria para os colaboradores elegíveis que aderirem ao programa. As principais premissas utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo estão descritas a seguir: *Taxa de desconto*: A taxa utilizada para descontar a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego considera os títulos do Tesouro Nacional (NTN-B) com vencimento correspondente a duração da obrigação dos benefícios pós-emprego. *Tábuas de mortalidade*: A tábuas de mortalidade se baseia em estudos de expectativa de vida da população de acordo com cada faixa etária e as condições socioeconômicas do grupo analisado. A Fundação Cesp ("Vivest") testa, anualmente, a aderência da tábuas de mortalidade utilizada, à experiência recente da população do plano. *Aumento salarial, benefícios e inflação*: Aumentos futuros de salários e de benefícios de aposentadoria e de pensão se baseiam na taxa de inflação futuras esperadas para o país. Em relação à taxa de inflação utilizada, a controlada Enel Distribuição São Paulo faz um levantamento junto a departamentos de economia de diversas instituições financeiras, sobre projeções de inflação para o longo prazo. *Taxa esperada de retorno de ativos*: A taxa esperada de retorno de ativos do plano é a mesma taxa utilizada para descontar o valor do passivo. Ao final do exercício de 2021, a controlada Enel Distribuição São Paulo procedeu à avaliação atuarial anual, realizada por atuários independentes, na qual foram revisadas todas as premissas para aquela data. *Plano de benefícios suplementares de aposentadoria e pensão*: A Fundação Cesp ("Vivest") é a entidade responsável pela administração dos planos de benefícios patrocinados pela controlada Enel Distribuição São Paulo. A Fundação Cesp ("Vivest") administra, atualmente, três planos, um plano de Benefício Definido e Contribuição Variável (PSAP), e dois planos de Contribuição Definida (Plano CD I e Plano CDII). A controlada Enel Distribuição São Paulo, por meio de negociações com os sindicatos representativos da categoria, reformulou o plano em 1997, tendo como característica principal o modelo misto, composto de 70% do salário real de contribuição como benefício definido e 30% do salário real de contribuição como contribuição definida. Essa reformulação teve como objetivo equacionar o déficit técnico atuarial e diminuir o risco de futuros déficits. Em 2 de maio de 2019 (com vigência a partir de 1º de junho de 2019) foi aprovado o fechamento do plano Benefício Definido e Contribuição Variável para entrada de novos participantes, porém os que já eram participantes continuaram com as mesmas condições anteriores. Em contrapartida, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), a abertura de novo plano de Contribuição Definida para adesão dos novos colaboradores - Plano CD I. *Encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de Benefício Definido - BD*: Em 13 de abril de 2020 (com vigência a partir de maio de 2020) foi aprovada a alteração regulamentar do Plano PSAP para o encerramento (saldamento) das contribuições previdenciárias de participantes e de patrocinadora, o que resultou no cálculo proporcional do benefício programado dos participantes ativos não elegíveis até a data-base do saldamento, com a cessação das contribuições normais correspondentes. Foram mantidas as contribuições destinadas à taxa de administração e amortização de eventual déficit. Adicionalmente, foi aprovado junto ao órgão regulador (PREVIC), processo de migração voluntária para um novo plano de Contribuição Definida - Plano CD II, exclusivo para adesão dos colaboradores que já efetuavam contribuições no plano PSAP. A migração consiste na transferência de participantes e assistidos de um plano de benefícios para outro, bem como na mutação de uma reserva matemática coletiva para uma reserva individual, com opções de renda programada em vez de renda vitalícia, eliminando-se, assim, riscos atuariais futuros. Em 31 de dezembro de 2020 foi concluído o processo de migração voluntária do plano PSAP para o plano CD II. Em 26 de agosto de 2021, o Conselho de Administração da Companhia, aprovou a retirada de patrocínio do Plano de Suplementação de Aposentadorias e Pensão PSAP/Eletropaulo ("PSAP/Eletropaulo"), conforme previsto nos termos do artigo 25 da Lei Complementar nº 109/01, devidamente regulado pela Resolução CNPC nº 11/2013. O PSAP continuará operando normalmente até a autorização do processo de retirada pela PREVIC, quando serão suspensos os pagamentos e as contribuições de benefícios. Com a aprovação e dentro do prazo regulamentar, os participantes e assistidos terão direito a receber os valores individuais calculados pela Fundação Cesp ("Vivest") ou transferir esses valores para outro plano de previdência ou adotar uma combinação destas alternativas (receber e transferir parte dos valores), de acordo com a legislação vigente. Os impactos contábeis oriundos dessa operação, serão conhecidos e registrados oportunamente, na forma da legislação aplicável. *Contratos com a Fundação Cesp ("Vivest")*: A controlada Enel Distribuição São Paulo com o objetivo de equacionar o déficit atuarial e diminuir o risco de futuros déficits formalizou instrumentos jurídicos com a Fundação Cesp ("Vivest") a partir de 1997, na forma de contratos de confissão de dívida e contrato de ajustes de reserva matemática. Esses contratos fazem parte do passivo atuarial determinado pelos atuários independentes. O contrato de confissão de dívida, assinado em 30 de setembro de 1997, e aditado pela quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. A parcela refere-se ao valor de mercado dos imóveis da Enel Distribuição São Paulo devolvidos pela Fundação Cesp ("Vivest") à controlada Enel Distribuição São Paulo. Os pagamentos relativos a esse contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 4,89% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela Fundação Cesp ("Vivest")) de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC) ou ajuste mensal das parcelas por TR + 8,0% a.a., prevalecendo o maior entre os dois indexadores. Esse contrato tem como garantia uma carta de fiança bancária com vigência mínima de 18 meses, (18 parcelas vincendas), a qual será renovada 1 mês antes do seu término de vigência, sendo apresentada a nova garantia de igual período e assim, sucessivamente, até a quitação da dívida. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Enel Distribuição São Paulo. O contrato de ajuste de reservas matemáticas, assinado em 30 de setembro de 1997, quinta vez em 14 de maio de 2019, para alongamento do prazo do contrato, prevendo vencimento em abril de 2031 (antes vencimento em abril de 2028), além de alterar a periodicidade do pagamento das parcelas mensais para trimestrais, essa condição se mantendo até março de 2021, em contraparte dessas dilações foi negociado um encargo adicional de 1,1%. Porém, foi negociado entre as partes que a qualquer momento a controlada Enel Distribuição São Paulo poderá exercer o direito de retornar as condições anteriores ao que foi negociada nesse aditivo. O saldo desse contrato é ajustado anualmente pelos efeitos dos ganhos e perdas atuariais apurados no âmbito da Fundação Cesp ("Vivest"). Os pagamentos relativos a este contrato são realizados em parcelas mensais e consecutivas, baseados na tabela Price, que incluem juros anuais de IGP-DI + 4,89% a.a. + 1,1% adicionais referente a negociação feita no quinto aditivo (sendo esta taxa revista anualmente pela Fundação Cesp ("Vivest")) de acordo com a legislação em vigor estabelecida pela PREVIC). Esse contrato tem como garantia uma carta de fiança bancária com vigência mínima de 18 meses, (18 parcelas vincendas), a qual será renovada 1 mês antes do seu término de vigência, sendo apresentada a nova garantia de igual período e assim, sucessivamente, até a quitação da dívida. Esse contrato não apresenta cláusulas restritivas impostas à Enel Distribuição São Paulo. Atualmente, os saldos dos contratos de confissão de dívida totalizam R\$ 4.889.675 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 4.511.308 em 31 de dezembro de 2020). A parcela do déficit no montante de R\$ 1.679.459 em 31 de dezembro de 2021 (R\$ 2.075.512 em 31 de dezembro de 2020) é decorrente da diferença de premissas e metodologias utilizadas pela controlada Enel Distribuição São Paulo para fins de atendimento à Deliberação CVM nº 695/2012 e aquelas utilizadas pela Fundação Cesp ("Vivest") administradora do plano de benefícios para fins de atendimento às Resoluções do Conselho Nacional de Previdência Complementar e tende a ser eliminada ao longo do tempo com a maturação do plano. A taxa de desconto real aplicada pela Fundação Cesp ("Vivest") é de 4,89% a. a. a. em 31 de dezembro de 2021 (4,81% a.a. em 31 de dezembro de 2020), enquanto a utilizada pela Companhia é de 5,25% a. a. (3,10% a. a. em 31 de dezembro de 2020). *Benefício de pagamento de multa do FGTS - Programa de incentivo a aposentadoria (PIA)*: A controlada Enel Distribuição São Paulo mantém um Programa de Incentivo à Aposentadoria - PIA assegurando o pagamento de importância equivalente a, no mínimo, 40% do saldo do fundo de garantia por tempo de Serviço, acrescida do valor equivalente ao aviso prévio do empregado e demais benefícios, observado todo o contrato de trabalho, aqueles que solicitarem demissão por comprovado motivo de aposentadoria. O programa de incentivo à aposentadoria (PIA) está previsto no acordo coletivo de trabalho vigente (até 2022), e vem sendo praticado pela controlada Enel Distribuição São Paulo desde 2010. Cabe destacar que o oferecimento do programa aos colaboradores ocorre anualmente (conforme previsto em acordo coletivo vigente) e as regras de elegibilidade, benefícios e pagamento da multa de 40% do FGTS na aposentadoria aos elegíveis estão previstos em acordo coletivo. *Valor presente da obrigação e do valor dos ativos dos planos, com os ativos e os passivos reconhecidos no balanço patrimonial*:

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
1.642.975	1.566.191	1.412.549	1.364.639	855.918	851.010	14.575.895	15.221.632	18.487.337	19.003.472
991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	7.091	16.300	11.522	21.691
-	-	-	-	-	-	-	(98.621)	-	(98.621)
-	-	-	-	-	-	-	(3.440.525)	-	(3.440.525)
112.268	108.541	98.834	96.536	60.387	58.706	1.010.123	1.102.274	1.281.612	1.366.057
(73.346)	(78.393)	(97.630)	(105.625)	(39.956)	(44.358)	(541.392)	(670.479)	(751.324)	(898.855)
-	-	-	-	-	-	5.566	15.155	-	5.566
38.922	30.148	6.770	6.066	21.431	14.348	468.731	431.795	535.854	482.357
39.913	32.652	8.649	7.990	22.992	15.711	482.458	(6.206)	554.012	49.747

Despesa reconhecida nas demonstrações do resultado

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	7.091	16.300	11.522	21.691
-	-	-	-	-	-	-	(98.621)	-	(98.621)
-	-	-	-	-	-	-	(360.600)	-	(360.600)
-	-	-	-	-	-	6.636	4.920	6.636	4.920
991	2.704	1.879	1.324	1.561	1.363	13.727	(438.001)	18.158	(432.610)
112.268	108.541	98.834	96.536	60.387	58.706	1.010.123	1.102.274	1.281.612	1.366.057
(73.346)	(78.393)	(97.630)	(105.625)	(39.956)	(44.358)	(541.392)	(670.479)	(751.324)	(898.855)
-	-	-	-	-	-	5.566	15.155	-	5.566
38.922	30.148	6.770	6.066	21.431	14.348	468.731	431.795	535.854	482.357
39.913	32.652	8.649	7.990	22.992	15.711	482.458	(6.206)	554.012	49.747

Valor que cada categoria principal de ativos do plano representa do valor justo do total dos ativos dos planos

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
730.409	720.104	1.102.713	1.133.407	435.257	473.150	5.760.055	6.892.521	8.028.434	9.219.182
158.721	223.057	86.988	98.885	66.678	70.754	897.741	678.226	1.210.128	1.070.922
106.180	100.158	87.345	116.554	8.707	15.583	174.356	91.779	376.587	324.074
95.334	9.410	23.188	28.402	14.905	24.492	1.183.466	2.16.217	1.316.893	278.521
-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
1.090.844	1.052.729	1.300.234	1.377.248	525.547	583.979	8.015.617	7.878.743	10.932.042	10.892.699

Conciliação dos saldos de abertura e fechamento do efeito de teto de ativo de benefício definido

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
-	1.947	76.626	200.251	-	-	-	-	76.626	202.198
-	-	5.566	15.155	-	-	-	-	5.566	15.155
25.105	(1.947)	50.390	(138.780)	-	-	-	-	75.495	(140.727)
25.105	-	132.582	76.626	-	-	-	-	157.687	76.626

Valores totais reconhecidos em outros resultados abrangentes

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
-	3.144	(40)	8.360	-	56.402	1.283.074	(836)	1.283.034	67.070
(229.557)	16.080	(257.708)	8.993	(191.448)	(15.872)	(3.086.740)	133.374	(3.765.453)	142.575
(206.736)	84.122	(171.018)	40.339	(113.152)	101	424.287	2.974.222	(66.619)	3.098.784

Enel Distribuição Rio		Enel Distribuição Ceará		Enel Distribuição Goiás		Enel Distribuição São Paulo		Consolidado	
31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
50.153	81.342	100.219	114.218	45.135	64.699	(156.607)	(764.004)	38.900	(503.746)
-	-	50.389	(138.780)	-	-	-	-	50.389	(138.780)
25.105	(1.947)	-	-	-	-	-	-	25.105	(1.947)
(131.478)	163.517	(20.410)	15.777	(68.017)	64.800	267.680	2.210.218	47.775	2.454.311

Perdas (ganhos) atuariais decorrentes: Mudanças nas premissas demográficas - 3.144 (40) 8.360 - 56.402 1.283.074 (836) 1.283.034 67.070 Mudanças nas premissas financeiras - (229.557) 16.080 (257.708) 8.993 (191.448) (15.872) (3.086.740) 133.374 (3.765.453) 142.575 Ajustes com base na experiência - (206.736) 84.122 (171.018) 40.339 (113.152) 101 424.287 2.974.222 (66.619) 3.098.784 Perdas (ganhos) sobre o ativo atuarial - 50.153 81.342 100.219 114.218 45.135 64.699 (156.607) (764.004) 38.900 (503.746) Variação na restrição de reconhecimento do ativo - - - 50.389 (138.780) - - - - 50.389 (138.780) Variação no ajuste para reconhecimento de dívida - 25.105 (1.947) - - - - - - 25.105 (1.947) Total de outros resultados abrangentes no exercício - (131.478) 163.517 (20.410) 15.777 (68.017) 64.800 267.680 2.210.218 47.775 2.454.311

Premissas biométricas adotadas

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização do cálculo em 31 de dezembro de 2020 estão demonstradas a seguir, em valores nominais:

Controlada Enel Distribuição Rio

Principais premissas atuariais	Planos BD	Planos CD	Plano Médico	Plano FGTS
Taxa de desconto	7,12%	7,28%	7,07%	6,81%
Taxa de rendimento esperado dos ativos	7,12%	7,28%	N/A	N/A
Taxa de crescimento salarial	5,04%	5,04%	N/A	5,04%
Taxa de inflação esperada	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4,00%	4,00%	N/A	N/A
Tábuas de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000	AT-2000	AT-2000
Tábuas de entrada em invalidez	Grupo Americana AT-49 Masculina	Grupo Americana		

ENEL BRASIL S.A.

...continuação

juros moratórios em razão do atraso no adimplemento de obrigações contratuais por terceiros que mantêm vínculo contratual de qualquer espécie. O processo defende a tese de que os juros moratórios são pagos para indenizar danos emergentes e não indenização por lucros cessantes, em razão disso os juros moratórios não teriam natureza de acréscimo patrimonial. Dessa forma, a Companhia apura o montante a recolher de acordo com a obrigação legal, no entanto, reconhece tal montante como provisão na rubrica de processos judiciais e outros, e no resultado na rubrica de imposto de diferido. Os detalhes da ação judicial estão apresentados na nota explicativa nº 28.1.3, Enel Distribuição São Paulo, 2. (b) Efeito da amortização do Benefício fiscal das incorporações AES Aelpa, Brasileira Participações e Enel Sudeste de R\$ 71.659 (vide nota 13 - Benefício fiscal das incorporações).

Com base no estudo técnico e geração de lucros tributários futuros e estimativas de Administração, para o exercício findo de 31 de dezembro de 2021, a realização dos tributos diferidos ativos será distribuída nos seguintes exercícios:

	Controlada		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
2022	541.955	-	2.305.601	-
2023	125.501	-	2.429.128	-
2024	36.701	-	289.533	-
2025	37.787	-	331.189	-
2026 a 2028	46.184	-	1.258.755	-
2029 a 2031	250	-	1.340.125	-
	788.378	-	7.954.331	-

35. Receita líquida: A composição do fornecimento de energia elétrica é como segue:

Receita de prestação de serviço de distribuição de energia elétrica	Nº de consumidores (*)		Mwh		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Classificação de consumidores:						
Residencial	15.692.001	15.380.383	31.246.499	31.807.416	26.297.272	21.794.653
Industrial	42.614	43.415	3.375.914	3.734.520	3.171.344	2.794.867
Comercial	913.618	925.885	12.462.585	13.628.471	11.012.449	9.902.709
Rural	845.634	853.323	3.188.359	3.047.076	2.081.262	1.577.635
Poder público	78.932	82.638	2.194.367	2.267.348	1.889.970	1.616.663
Iluminação pública	16.257	16.064	2.517.212	2.528.963	1.480.986	1.106.356
Serviço público	15.968	11.745	1.300.341	1.402.505	1.088.968	931.423
Suprimento e revenda	32	33	362.099	516.168	106.964	152.010
Transferência para atividades de distribuição	-	-	-	-	(9.691.847)	(9.175.538)
Fornecimento futuro	17.609.056	17.313.486	56.647.359	58.932.465	37.437.368	30.700.778
Outras receitas						
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	1.631.883	916.041
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - TUSD (livre e cativo)	4.733	3.378	19.982.514	15.467.108	13.571.002	12.473.340
(-) DIC/FIC/DMIC/DICRI sobre TUSD Consumidores cativos e livres	-	-	-	-	(231.798)	(167.959)
Suprimento de energia elétrica	-	-	-	-	1.715.588	2.237.520
Disponibilização da rede de transmissão (RAP)	-	-	-	-	303.366	180.647
Receitas com partes relacionadas	-	-	-	-	2.623	9.445
Receita anual de geração - RAG	-	-	-	-	21.119	193.914
PIS/COFINS consumidores a restituir	-	-	(4.167.740)	-	(1.866.587)	-
PIS/COFINS - consumidores a restituir - tributo a compensar	-	-	-	-	4.167.740	1.866.587
Atualização do bônus de concessão	-	-	-	-	1.61.909	64.770
Amortização do bônus de concessão	-	-	-	-	(57.338)	(51.895)
Ativo e passivo financeiro setorial	-	-	-	-	8.639.523	2.235.172
Atualização do ativo financeiro da concessão	-	-	-	-	1.359.300	524.787
Subvenção baixa renda	-	-	-	-	835.038	407.364
Subvenção de recursos da CDE	-	-	-	-	842.005	1.299.024
Receita de construção	-	-	-	-	6.133.303	4.169.023
Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE	-	-	-	-	3.579.863	159.215
Venda de Energia Excedente - MVE	-	-	-	-	1.501.883	32.957
Outras receitas	-	-	-	-	1.022.097	633.216
Total outras receitas	4.733	3.378	19.982.514	15.467.108	41.333.366	25.316.561
Recita operacional bruta	17.609.789	17.316.864	76.629.873	74.399.573	78.770.734	56.017.339
Deduções da receita operacional bruta						
ICMS	-	-	-	-	(12.388.839)	(10.141.755)
PIS - corrente	-	-	-	-	(1.116.770)	(817.895)
COFINS - corrente	-	-	-	-	(4.751.957)	(3.794.939)
ISS	-	-	-	-	(18.806)	(15.821)
Eficiência energética, P&D, FNDCT e EPE	-	-	-	-	(16.418)	(19.364)
Compensação financeira utilização de recursos hídricos	-	-	-	-	(8.864.381)	(4.041.484)
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	-	-	(55.938)	(45.480)
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	-	-	(14.837)	(3.841)
RGR - Quota para reserva global de reversão	-	-	-	-	(487)	(555)
Outros impostos e contribuições sobre a receita	-	-	-	-	(27.646.992)	(19.201.835)
Total das deduções da receita operacional bruta					(27.646.992)	(19.201.835)
Recita Líquida	17.609.789	17.316.864	76.629.873	74.399.573	51.123.742	36.815.504

(*) Não auditado pelos auditores independentes

(a) Receita de prestação de serviços de distribuição de energia elétrica: Os serviços de distribuição de energia elétrica estão suportados pelos contratos de adesão (consumidores de baixa tensão) e contratos de compra de energia regulada para consumidores de média e alta tensão. A medição é realizada conformecalendarário de leitura estabelecido pela Companhia e o cumprimento da obrigação de desempenho se dá através da entrega de energia elétrica, ocorrida em um determinado período. O faturamento dos serviços de distribuição de energia elétrica é, portanto, efetuado de acordo com esse calendário, sendo a receita registrada pelo valor justo da contraprestação a ser recebida no momento em que as faturas são emitidas, utilizando as tarifas de energia homologadas pela ANEEL. Com a finalidade de adequar o consumo ao período de competência, os serviços prestados entre a data da leitura e o encerramento de cada mês são registrados através de estimativa. (b) Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição - Tarifa de Uso do Sistema de Distribuição (TUSD): A Companhia reconhece a receita pela disponibilização da infraestrutura da rede elétrica de distribuição a seus clientes (livres e cativos) e o valor justo da contraprestação é calculada conforme tarifa de uso do sistema (TUSD), a qual é definida pela ANEEL. Essa receita é constituída pela compensação dos custos relativos ao uso do sistema de distribuição que estão inseridos na TUSD. A receita pela disponibilidade da rede elétrica é registrada de forma líquida das compensações pagas aos consumidores, relativas aos indicadores de continuidade individuais DIC, FIC, DMIC e DICRI. Tais indicadores refletem a qualidade da infraestrutura da rede de energia elétrica de distribuição prestada aos clientes (livre e cativo). Indica a duração e frequência da interrupção de energia, assim como a duração máxima (tolerância) que o consumidor pode ter o fornecimento de energia interrompido. Quando esses indicadores ultrapassam as metas estabelecidas pela ANEEL, os consumidores recebem uma compensação financeira na fatura de energia, caracterizando uma contraprestação variável. A Companhia efetua o ressarcimento ao cliente, através de crédito na fatura, em até dois meses após a ocorrência. (c) PIS/COFINS consumidores a restituir: Conforme detalhado na nota explicativa nº 21, a Companhia possui, através de suas controladas, processos judiciais relacionados ao ICMS compor ou não a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. (d) Ativo e passivo financeiro setorial: Os ativos e/ou passivos financeiros originados das diferenças apuradas de itens da Parcela A e outros componentes financeiros em cada período contábil devem ter como contrapartida a adequada rubrica de receita de venda de bens e serviços, no resultado do exercício, representando o diferimento e amortização. (e) Atualização do ativo financeiro da concessão: Conforme detalhado na nota explicativa nº 2.1.4, a Companhia revisou suas práticas contábeis e concluiu que a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão, poderia ser melhor apresentada no grupo de receitas operacionais, juntamente com as demais receitas relacionadas a sua atividade fim. Dessa forma, para fins de comparabilidade, o impacto no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 é uma reclassificação de R\$524,767 da receita financeira para o resultado operacional. (f) Subvenção de recursos da CDE: Receita reconhecida em decorrência dos subsídios incidentes nas tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica, incluindo subsídios de baixa renda, que são reembolsados pela CCEE. (g) Receita de construção: As entidades abrangidas dentro do escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão, devem registrar a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 47 - Receita de Contratos com Clientes. Os custos da construção da infraestrutura efetuados pela Companhia são confiativamente mensurados. Portanto, as receitas e as despesas correspondentes a esses serviços de construção são reconhecidas na medida em que são incorridas, uma vez que a Companhia possui o direito executável pela obrigação de desempenho concluída até a data do balanço. A perda esperada nos contratos de construção é reconhecida imediatamente como despesa. A Companhia possui o direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura do serviço público. Entretanto, considerando que o modelo regulatório vigente, não prevê remuneração específica para a construção ou melhoria da infraestrutura da concessão, que as construções e melhorias são substancialmente executadas através de serviços especializados de terceiros, e que toda receita de construção está relacionada a construção de infraestrutura dos serviços de distribuição de energia elétrica, a Administração da Companhia decidiu registrar a receita de contrato de construção com margem de lucro zero. (h) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia - CCEE: A Companhia reconhece a receita pelo valor justo da contraprestação, de acordo com o montante de energia não distribuída no mês e comercializada no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de Comercialização de Energia Elétrica. A energia contratada e não distribuída pela Companhia é vendida pelo Preço de Liquidação das Diferenças (PLD). (i) Outras receitas: A Companhia possui outras fontes de receita de atividades relacionadas com a concessão de serviço público, podendo ser inerentes ao serviço de distribuição, tais como serviços cobráveis, ou atividades acessórias, como arrecadação de convênios. O reconhecimento de receitas é registrado conforme contrato entre as partes e cumprimento da obrigação de desempenho com o cliente, cujas tarifas podem ser acordadas entre as partes dependendo da natureza do serviço ou homologadas pela ANEEL. (j) Impostos sobre vendas: As receitas de vendas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Programa de Integração Social (PIS) - 1,65% para venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) 7,60% sobre a venda de energia elétrica e sobre a prestação de serviços; • Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - O ICMS é aplicado de acordo com a atividade praticada. As principais atividades são tributadas pelas seguintes alíquotas: 18% para as classes comercial e industrial; e isento para a classe residencial com consumo até 90kv, 12% para consumo entre 91kv a 200kv e de 25% para consumo acima de 201kv; • Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – Entre 2% a 5% incidente sobre a prestação de serviços onde o imposto é devido no estabelecimento prestador. Nos casos em que o imposto é devido no local da execução, deverá se aplicar a alíquota correspondente no respectivo município. Esses tributos são deduzidos das receitas de vendas, as quais estão apresentadas na demonstração de resultado pelo seu valor líquido.

36. Custos e despesas operacionais: Os custos e despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Controladora			31/12/2020		
	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(97.459)	-	(97.459)	(41.314)	-	(41.314)
Material	2.313	-	2.313	(292)	-	(292)
Serviços de terceiros	(299.269)	-	(299.269)	(31.829)	-	(31.829)
Depreciação e amortização	(8.979)	-	(8.979)	(1.412)	-	(1.412)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	(15.591)	-	(15.591)	(19.163)	-	(19.163)
Provisão para processos judiciais e outros	(822)	-	(822)	(284)	-	(284)
Arrendamentos e alugueis	2.942	-	2.942	456	-	456
Outras receitas (despesas) operacionais	130.296	6.878	137.174	(142.547)	(96)	(142.643)
Total	(286.569)	6.878	(279.691)	(236.385)	(96)	(236.481)

	31/12/2021				31/12/2020							
	Custos dos Serviços	Despesas com Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total	Custo do Serviço	Despesa de Vendas	Perda esperada com créditos de liquidação duvidosa	Despesas gerais e administrativas	Outras	Total
Pessoal e Administradores	(920.046)	-	-	(381.126)	-	(1.301.172)	(479.235)	(14.488)	-	(318.082)	-	(811.805)
Material	(117.009)	-	-	(23.810)	-	(149.819)	(168.690)	-	(11.922)	-	-	(180.612)
Matéria-prima e insumos para produção de energia	(183.632)	-	-	(87.643)	-	(271.275)	(220.831)	-	-	-	-	(220.831)
Serviços de terceiros	(420.828)	(36.625)	-	(552.302)	-	(3.009.753)	(1.934.896)	(20.214)	-	(387.589)	-	(2.342.699)
Energia elétrica comprada para revenda	(24.082.476)	-	-	-	-	(24.082.476)	(17.716.795)	-	-	-	-	(17.716.795)
Encargos do uso do sistema de transmissão	(5.475.376)	-	-	-	-	(5.475.421)	(3.488.676)	-	-	-	-	(3.488.676)
Encargos do uso da rede elétrica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Encargos dos serviços de sistema	(1.314.801)	-	-	-	-	(1.314.801)	(586.154)	-	-	-	-	(586.154)
(-) Ajustes referentes ao alívio retroativo (a)	20.150	-	-	-	-	20.150	167.652	-	-	-	-	167.652
Transporte de potência	(45.155)	-	-	-	-	(45.155)	(90.005)	-	-	-	-	(90.005)
Custos na desativação de bens	-	-	-	-	-	-	(93.491)	-	-	-	-	(93.491)
Depreciação e amortização	(1.966.306)	-	-	(168.396)	-	(2.134.702)	(1.725.095)	-	(201.168)	-	-	(1.926.263)
Perdas Estimadas em Créditos de Liquidação Duvidosa	(3.771)	-	-	(1.085.855)	-	(1.089.626)	-	(729.655)	-	-	-	(729.655)
Perda de recebíveis de clientes	-	-	-	(472.168)	-	(472.168)	-	(13.883)	-	-	-	(13.883)
Recuperação de perdas (b)	-	-	-	-	-	-	-	13.882	-	-	-	13.882
Custo de construção	(6.133.303)	-	-	-	-	(6.133.303)	(4.169.023)	-	-	-	-	(4.169.023)
Provisão para processos judiciais e outros	(8.213)	-	-	(274.836)	-	(283.049)	(10.032)	-	-	(168.905)	-	(178.937)
Provisão para redução ao valor recuperável - FUNAC	-	-	-	(14.883)	-	(63.572)	(74.455)	-	-	(74.738)	-	(74.738)
Amortização e reversão do ágio oriundo da incorporação	-	-	-	(96.682)	-	(96.682)	-	-	-	(19.163)	-	(19.163)
Receita de multas por impuntualidade de clientes	-	-	-	-	311.196	311.196	-	-	264.378	-	-	264.378
Ressarcimento de encargos serviços do sistema	-	-	-	-	-	-	164.583	-	-	-	-	164.583
Arrendamentos e alugueis	(26.265)	-	-	2.921	-	(23.344)	(18.666)	-	456	-	-	(18.210)
Serviços	(5.752)	-	-	(4.270)	-	(5,085)	(15.107)	-	(14.324)	(7,663)	-	(24,266)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais	299.146	-	-	(143.710)	117.223	272.659	52.824	255	-	(432,066)	88,700	(290,287)
Total	(42,383,635)	(36,625)	(1,572,906)	(1,806,471)	423,334	(45,378,303)	(30,318,809)	(34,448)	(729,655)	(1,627,501)	345,415	(32,364,998)

(a) O ativo financeiro retroativo ocorre quando há sobras de recursos do tratamento de exposições em função da diferença de preços entre os submercados para alívio de despesas com ESS. Os valores são calculados e repassados nas liquidações financeiras pela CCEE.

37. Resultado financeiro:

Receita financeira	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Renda de aplicações financeiras	6.321	21.038	95.696	337.250
Acrescimos moratórios sobre venda de energia	-	-	393.010	-
Encargos sobre empréstimos com partes relacionadas	229.279	76.258	-	-
Varição monetária Parcela A e outros itens Financeiros	-	-	216.876	56.163
Atualização de depósitos judiciais	112	98	31.013	36.925
Juros de arrendamentos	-	-	3.668	985.772
Instrumentos financeiros derivativos	32.596	-	1.246.153	985.772
Varição cambial ativa - Outros	73.673	-	194.182	96.541
Varição cambial ativa - Dívida (d)	-	59.234	686.738	96.541
Ajuste a valor de mercado - Dívida	-	-	161.636	-
Varições monetárias diversas	4.526	-	8.859	170.957
Atualização de créditos tributários	-	-	24.877	8.173
Fiança bancária	14.366	19.058	77	19.058
Subvenções governamentais	-	-	2.555	3.273
Outras receitas financeiras	15.032	5.526	96.281	21.0

...continuação

ENEL BRASIL S.A.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Administradores e Acionistas da **Enel Brasil S.A.** São Paulo - SP. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Enel Brasil S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Enel Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma

perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras (individuais e consolidadas) representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. - Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 24 de fevereiro de 2022.



KPMG Auditores Independentes
CRC SP-014428/O-6-F-RJ
Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo
Contador CRC RJ-092563/O-1

www.enel.com.br

Documento assinado digitalmente
conforme MP nº 2.200-2 de
24/08/2001, que institui a Infraestrutura
de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil.



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 em 11/03/2022 18:44
A autenticidade deste documento
pode ser conferida através do QR Code
ou pelo link
<http://valor.globo.com/valor-ri/>

Hash: 1646948641d108ec03f8b8431b9e040e39285770d2